

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
CNPJ: 20.119.509/0001-65

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, originada da fusão entre a PREVICAXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - constituída no ano de 1977.

A Fundação é constituída por prazo indeterminado, para administrar Planos de Benefícios Previdenciários e Planos de Assistência à Saúde na modalidade de Autogestão.

Todos os resultados auferidos são vinculadas aos Planos de Benefícios que administra. Portanto, não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. Cada Plano é gerido de forma segregada frente aos demais, possuindo responsabilidades e compromissos apenas com a massa de participantes a ele vinculados e, de acordo com seus regulamentos, com seus dependentes e beneficiários.

A Fundação Libertas observa a legislação aplicada às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, principalmente as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A contabilidade é realizada por equipe própria em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, sendo registrada em livros obrigatórios, base para elaboração destas Demonstrações Contábeis, com observância das disposições legais vigentes.

Tem como Missão: *“Contribuir para proteção e segurança dos nossos participantes e familiares, construindo com eles, patrocinadores e instituidores uma sociedade melhor”.*

1.1 Patrocinadoras

A Fundação Libertas é uma entidade Multipatrocinada, com planos patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Seguridade Social;
- Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS).

Em maio de 2018 foi assinado convênio de adesão com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), junto ao plano CODEMIGPREV. Não obstante, a empresa CODEMGE passou a assumir a responsabilidade perante o contrato de trabalho de todos os empregados da empresa CODEMIG, respondendo, de forma solidária, em relação ao Plano CODEMIGPREV, bem como assumiu a responsabilidade existente nos contratos de retirada de patrocínio originalmente assumidos pela CODEMIG com relação aos Planos CDI (CNPB: 1982.0026-38) e COMIG (CNPB: 1987.0005-11).

Em novembro de 2018 foi aprovado o Plano de Benefícios previdenciais Multi-instituído VocêPrev (listado no item 1.2 a seguir). As associações de classe e sindicatos que aderiram ao novo plano foram:

- AECO – Associação dos Empregados da Copasa, de suas Subsidiárias e Patrocinadas;
- APÓS-PRODEMGE – Associação dos Aposentados da Prodemge;
- ASSIMA – Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária;
- ATC – Associação dos Trabalhadores da Codemig;
- SINDÁGUA-MG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição da Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais;
- SINFAZFISCO – Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais.

A Fundação Libertas também assumi a qualidade de instituidor do Plano VocêPrev. Conforme disposto na Instrução PREVIC nº 9 de 21 de novembro de 2018.

1.2 Planos Previdenciais

A Fundação Libertas administra 11 Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados e 1 Plano de Benefícios Previdenciários Instituído. Todos registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
CODEMIGPREV – CD	2013.0016-65	Contribuição Definida	CODEMIIG / CODEMGE
COHAB SALDADO – BD	1982.0027-19	Benefício Definido	COHAB/MG
COHABPREV – CD	2008.0030-19	Contribuição Definida	
COPASA FECHADO – BD	1982.0028-83	Benefício Definido	COPASA/MG
COPASA SALDADO – BD	2010.0024-74	Benefício Definido	
COPASA – CD	2010.0022-29	Contribuição Definida	
PRODEMGE FECHADO – BD	1994.0015-18	Benefício Definido	PRODEMGE
PRODEMGE SALDADO – BD	2014.0013-83	Benefício Definido	
PRODEMGE – CD	2012.0019-47	Contribuição Definida	
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2011.0012-18	Contribuição Definida	FUNDAÇÃO LIBERTAS
MGS – BD	1992.0009-56	Benefício Definido	MGS

Plano	CNPB	Modalidade	Instituidores
VOCÊPREV – CD	2018.0020-74	Contribuição Definida	AECO / APÓS-PRODEMGE / ASSIMA / ATC / SINDÁGUA-MG / SINFAZFISCO

A Fundação Libertas também administra 4 Planos de Benefícios Previdenciários, registrados no CNPB junto à PREVIC, que foram objetos de estratégia previdenciária, mas que possuem saldos patrimoniais remanescentes.

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
COMIG – BD	1987.0005-11	Benefício Definido	CODEMIIG
CDI – BD	1982.0026-38	Benefício Definido	
IMA – BD	1998.0005-83	Benefício Definido	IMA
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1992.0003-11	Benefício Definido	FUNDAÇÃO LIBERTAS

Cada um dos Planos de Benefícios Previdenciários possui autonomia patrimonial, seus recursos são aplicados conforme Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação, respeitadas as diretrizes emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Anualmente são realizados estudos atuariais de acordo com as características de cada Plano, consubstanciado em Pareceres Técnicos Atuariais, cujo objetivo é dimensionar as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, além de definir os respectivos Planos de Custeio e, quando houver, fundos de solvência, visando o equilíbrio de longo prazo de cada um dos Planos administrados.

No dia 28 de dezembro de 2018 foi publicada a Resolução CNPC nº 31 que dispõe sobre a exigência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ para os Planos de Benefícios de caráter previdenciário, com o tempo limite para sua implantação, o dia 31 de dezembro de 2021. A Fundação Libertas aguardará regulamentação específica da Secretaria da Receita Federal do Brasil para operacionalizar as alterações necessárias.

1.2.1 Estratégias previdenciárias / Constituição de Planos de Benefícios

- Em novembro de 2018 foi aprovado a criação do Plano Multi-Instituído Libertas (VOCÊPREV), oferecido, inicialmente, aos associados vinculados à: AECO, APÓS-PRODEMGE, ASSIMA, ATC, SINDÂGUA-MG e SINFAZISCO.
- Em novembro de 2018 foi submetido à PREVIC pedido para criação de Plano de Benefício estruturado na modalidade de Contribuição Definida que será oferecido a todos os empregados da MGS, inclusive aqueles que já são participantes ou assistidos do atual Plano de Benefícios Definido. A estratégia previdencial consiste no saldamento do Plano MGS BD e possibilitará aos Participantes realizar o processo de Migração para o Plano CD que será criado. Até o encerramento destas Demonstrações Contábeis a PREVIC não havia concluído as análises e aprovações.

1.3 Plano MINASCAIXA – Em Liquidação Extrajudicial

Após a Liquidação Extrajudicial da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (MINASCAIXA), ocorrida em 15 de março de 1991, os ex-servidores daquela autarquia foram absorvidos pelo quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual nº 10.470/91. Mesmo abrigados sob o Regime Jurídico Único de Estado, os ex-servidores da extinta MINASCAIXA continuaram inscritos no Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela então PREVICAXA. O referido plano, denominado Plano MINASCAIXA, registrado no CNPJ sob o nº 1979.0034-83, foi classificado pelo órgão regulador e fiscalizador na modalidade Benefício Definido.

Por meio da Portaria nº 87, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC decretou, nos termos da Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001, a liquidação extrajudicial do Plano MINASCAIXA.

Por meio da Portaria nº 88, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC nomeou o Sr. Carlos Marcos Soares Durães para exercer a função de Administrador Especial com poderes de liquidação extrajudicial, única e exclusivamente para o referido plano.

Os efeitos econômicos e financeiros da liquidação extrajudicial constam descritos no item 4 desta Nota Explicativa, a composição Patrimonial do Plano consta descrita no item 5, juntamente com a composição Patrimonial dos demais planos administrados pela Fundação Libertas.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 109/2001, aplicam-se aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, subsidiariamente, os dispositivos da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974.

1.4 Quantidade de Participantes

A tabela em sequência demonstra, com base nas informações cadastrais, a quantidade de participantes em cada um dos Planos Previdenciários administrados pela Fundação, em 31 de dezembro.

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS										
Planos	2018					2017				
	Ativos*	Mantidos	Assistidos temporários	Assistidos permanentes	TOTAL	Ativos*	Mantidos	Assistidos temporários	Assistidos permanentes	TOTAL
CODEMIGPREV - CD	165	1	-	49	215	145	1	-	50	196
COHAB SALDADO - BD	33	-	-	58	91	34	-	-	57	91
COHABPREV - CD	89	1	-	1	91	88	1	-	1	90
COPASA FECHADO - BD	238	12	-	293	543	232	12	1	303	548
COPASA SALDADO - BD	1.112	-	-	2.463	3.575	1.100	9	-	2.488	3.597
COPASA - CD	10.161	141	-	1.139	11.441	9.902	134	-	1.155	11.191
PRODEMGE FECHADO - BD	19	3	-	14	36	19	3	-	15	37
PRODEMGE SALDADO - BD	9	-	-	161	170	9	-	-	162	171
PRODEMGE - CD	908	56	-	190	1.154	924	44	-	183	1.151
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	107	8	-	38	153	103	9	-	34	146
MGS - BD	5.032	41	44	457	5.574	5.049	30	38	432	5.549
VOCÊPREV - CD	43	-	-	-	43	-	-	-	-	-
TOTAL	17.916	263	44	4.863	23.086	17.605	243	39	4.880	22.767

* Os participantes que foram demitidos e não fizeram opção pelos institutos previstos no regulamento de cada plano, foram alocados no grupo de participantes ativos.

As variações apresentadas entre os exercícios ocorreram devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observaram, principalmente: a aposentadoria de participantes, novas adesões; encerramento de vínculo junto ao Plano e atualização cadastral.

1.5 Planos de Assistência à Saúde

A partir da Lei Complementar 109/2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços de assistência à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação aos Planos Previdenciários.

Neste sentido, a Fundação Libertas administra Planos de Assistência à Saúde na modalidade de AUTOGESTÃO sem fins lucrativos (com e sem Mantenedora), com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37.821-6, sendo custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso, em cada um dos Planos de Assistência à Saúde em operação:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial Minas Caixa;

A tabela em sequência demonstra, com base nas informações cadastrais, a quantidade de participantes em cada um dos planos de Assistência à Saúde administrados pela Fundação, em 31 de dezembro.

PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE								
Planos	2018				2017			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	143	147	46	336	140	153	44	337
PRODEMGE	1.134	999	430	2.563	1.143	1.033	425	2.601
MINASCAIXA	2.289	1.745	1.431	5.465	2.394	1.898	1.579	5.871
TOTAL	3.566	2.891	1.907	8.364	3.677	3.084	2.048	8.809

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação Libertas foram elaboradas e estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente à Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018 que revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e posteriores alterações; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC – ITG 2001; Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 49 de 18 de maio de 2018 (Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria), bem como as demais práticas contábeis brasileiras, quando aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades de forma que a apresentação dos ativos e passivos proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial; Fluxo dos Investimentos; Gestão Assistencial e Gestão Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Suas funções são:

- **Gestão Previdencial:** registra as atividades de cunho Previdencial dos planos de benefícios administrados, tem o objetivo de escriturar as contribuições, os benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, bem como o resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Fluxo dos Investimentos:** destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas dos recursos de cada plano administrado pela Fundação.
- **Gestão Assistencial:** os registros contábeis relativos à essa gestão, demonstram os totais dos Ativos/Passivos e as movimentações totais, uma vez que a escrituração diária é feita separadamente em conformidade com as normas contábeis da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). – Informações complementares constam no item 2.3.
- **Gestão Administrativa:** ente contábil criado com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa (operacional) da Fundação. Possui Ativos, Passivos e Resultados segregados dos planos Previdenciários e de Assistência à Saúde.

O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis são realizados individualmente por plano, em balancetes específicos (Planos Previdenciais, Assistenciais e do Plano de Gestão Administrativa). Também é utilizado Balancete Consolidado (para agrupamento do Patrimônio total) e balancete Auxiliar (para efetuar os lançamentos decorrentes das operações comuns entre os planos).

Os modelos dos demonstrativos contábeis, consolidados e por plano, são:

- **Balanco Patrimonial Consolidado:** é constituído por ativo, passivo e patrimônio social do conjunto de Planos. Ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos relativos aos planos. Passivo compreende obrigações operacionais e contingenciais. Patrimônio Social compreende as Provisões Técnicas do plano e seus Fundos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada:** evidencia as modificações no Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios;
- **Demonstração do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial:** evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios (Ativo, Passivo e Patrimônio Social);
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial:** destina-se a evidenciar as alterações do ativo líquido de cada plano de benefícios;

- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - por plano de benefício previdencial: evidencia a composição das Provisões Técnicas de cada plano de benefício, compostas pelas Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico, Fundos e Exigíveis;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidado: apresenta as atividades administrativas (operacionais) da EFPC e as alterações do fundo administrativo.

2.1 Apresentação do Demonstrativo de Ativo Líquido (Equilíbrio Técnico Ajustado)

A Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, incluiu no Demonstrativo de Ativo Líquido, a obrigatoriedade de apresentar informações complementares referente a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado dos Planos Classificados como Benefício Definido.

Tais valores correspondem a soma do Superávit ou Déficit Técnico, contabilizado em 31 de dezembro, com os ajustes de precificação entre o valor contábil dos títulos públicos federais (atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento) e o valor apurado considerando a taxa de juros real utilizada na avaliação atuarial.

A base deste cálculo, bem como os resultados, por plano de benefício previdencial, constam detalhados no item 5.7.1

2.2 Apresentação da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

A Fundação Libertas apresenta no exercício social de 2018 bem como no exercício social de 2017 a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) de forma consolidada.

Tal decisão está suportada na materialidade e relevância da informação frente ao custo benefício para a apresentação do DPGA segregado para cada plano de benefícios administrado pela entidade.

2.3 Demonstrações Financeiras - Planos de Assistência à Saúde

De acordo com as exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Fundação Libertas possui dois grupos de Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Sendo que, nestes demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e PREVIC, são apresentadas todas as movimentações referentes aos Planos de Benefícios Previdenciários e apenas os totais dos Ativos e Passivos além do somatório das movimentações patrimoniais ocorridas nos planos de assistência à saúde.

As movimentações realizadas em relação aos Planos de Assistência à Saúde, divulgadas em conformidade com as normas da ANS, são apresentadas de forma segregada, por meio do Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais.

2.4 Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das Demonstrações Contábeis é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é de anular os valores a pagar e a receber entre os planos; a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, e o registro cumulativo de superávit e déficit técnico no Balanço consolidado, dentre outros.

A Fundação Libertas ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 anulou as seguintes operações, entre planos, que apresentavam reflexos em sua consolidação:

Em R\$ mil

Conta Contábil	Descrição	Valores
1000.00.00.00.00.00-8	ATIVO	(26.915)
1221.01.00.00.00.00-0	CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	(1.784)
1223.00.00.00.00.00-9	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(25.131)

Em R\$ mil

Conta Contábil	Descrição	Valores
2000.00.00.00.00.00-6	PASSIVO	26.915
2119.00.00.00.00.00-4	Taxa de Administração a Repassar ao PGA	1.677
2137.01.05.00.00.00-6	Taxa de Administração sobre os Empréstimos	107
2312.01.01.01.00.00-6	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.178
2312.01.01.02.00.00-5	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	160
2312.01.02.00.00.00-6	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(16.338)
2322.02.01.00.00.00-4	Participação dos Planos Previdenciais no Fundo Administrativo - PGA	25.131

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios Previdenciais, dos Planos de Assistência à Saúde e do Plano de Gestão Administrativa, de modo a identifica-los separadamente. As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir.

3.1 Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante (Item 5.3.3);
- Ajuste do valor dos ativos classificados como investimentos imobiliários: avaliados por profissional especializado, conforme definido em legislação pertinente (Item 5.3.5);
- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Nº 1.180 de 24 de julho de 2009 (Item 5.5);
- Provisões Matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional externo habilitado (Item 5.6).

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente, quando aplicáveis.

3.2 Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os registros contábeis dos investimentos são efetuados por tipo de ativo (Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Empréstimos à participantes e Outros Realizáveis de Investimentos). Dentro de cada grupo de ativos, os registros são alocados de acordo com seu emissor.

A composição dos bens que compõem o ativo realizável está apresentada no item 5.3 e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento dos resultados são os seguintes:




3.2.1 Ativos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa (Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos) são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base no critério de precificação dos ativos e deduzidos de eventuais provisões para perda e deságios.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

3.2.1.1 Critério de precificação dos ativos

A Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, estabelece que os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias das EFPC e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos, devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados como: Títulos mantidos até o vencimento ou Títulos para negociação, desde que sejam observados os demais parâmetros dispostos na referida resolução.

- a) Os Títulos mantidos até o vencimento são os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com a taxa contratada, os quais devem impactar o resultado de cada período. Estes títulos constam detalhados no item 5.3.4.
- b) Na categoria Títulos para negociação devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses títulos devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, em conformidade com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.2.2 Ativos de Renda Variável

As aplicações no segmento de Renda Variável são feitas por meio de Fundos de Investimentos. Esses investimentos são demonstrados pelos valores de realização, conforme o valor de cotas de cada Fundo, na data-base das demonstrações contábeis (Item 5.3.3 – letra “e”).

3.2.3 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição e ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas (sua composição é demonstrada no Item 5.3.5). Os registros das receitas com locação dos imóveis são feitos no mês de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos valores a receber referente a alugueis é constituída com base no valor vencido, conforme número de dias em atraso. (Item 3.4)

A Fundação Libertas utiliza a prerrogativa constante na Instrução Normativa PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, para realizar anualmente a reavaliação da carteira de imóveis, o que a dispensa do registro da depreciação mensal.

3.2.4 Empréstimos à Participantes:

São registrados pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos em cada Plano de Benefícios e sua composição é demonstrada no item 5.3.6.

As provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes são constituídas com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso. Conforme descrito no item 3.4.

3.3 Exigíveis

3.3.1 Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis que representam obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos dos planos. A composição das obrigações do exigível operacional da Gestão Previdencial consta no item 5.4.

3.3.2 Exigível contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados que patrocinam os processos. As contingências são classificadas e registradas de acordo com os planos e a gestão de origem (previdencial, administrativa e de investimentos); A composição das obrigações que compõem o exigível contingencial está apresentada no item 5.5.

Para o Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) foram realizadas provisões fundamentadas em solicitação do Administrador Especial, em conformidade com o disposto no item 4, desta nota explicativa.

3.3.3 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Benefício Definido são calculadas atuarialmente, de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação Atuarial, considerando também as hipóteses biométricas (entrada em invalidez, mortalidade, sobrevivência, etc) e demográficas (composição familiar, entrada em aposentadoria, etc), bem como as premissas econômicas e financeiras (taxa real de juros, inflação, crescimento salarial, etc) adotadas.

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Contribuição Definida são apuradas com base nas reservas formadas pelos participantes e patrocinadoras, acrescidas da variação patrimonial do plano.

A composição das obrigações constantes no grupo de "Provisões Matemáticas", para cada plano de benefícios, está apresentada no item 5.6 desta nota explicativa.

3.3.4 Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico dos Planos constituídos na modalidade de Benefício Definido é apurado considerando o Patrimônio de Cobertura, frente aos compromissos futuros do Plano (Provisões Matemáticas) (item 5.7).

O resultado superavitário é registrado como:

- Reserva de Contingência para garantia dos benefícios, em face de eventos futuros e incertos;
- Reserva Especial para Ajuste do Plano;

O resultado deficitário é registrado como Déficit Técnico Acumulado, até que seja elaborado e aprovado plano para seu equacionamento.

3.3.5 Fundos Previdenciais

São constituídos com base em Avaliações Atuariais, por exigência regulamentar, com destinação específica. Na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos fundos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Os Fundos Previdenciais dos planos de benefícios administrados pela Fundação Libertas estão apresentados na nota 5.8.1.

3.4 Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos deve ser constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, conforme disposto na legislação vigente.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, adotam-se os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

As constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso incidem somente sobre o valor das parcelas vencidas.

3.5 Regime Tributário

3.5.1 PIS e COFINS

A apuração da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS está condizente com o que dispõe a Lei nº. 9.718, de novembro de 1998, e suas alterações. Observando, inclusive, as discussões judiciais mencionadas no item 5.5.2.1.

3.5.2 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as EFPC de retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre ganhos nas aplicações dos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios, a partir do exercício de 2005.

A Lei nº 10.426 de 24 de abril de 2002, isentou as EFPC da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Estes posicionamentos constam ratificados no artigo 17 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

3.6 Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas.

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios.

Eventuais Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio, decorrentes de investimentos em fundos de ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.6.1 Registro Contábil das contribuições junto ao Plano Multi-Instituído Vocêprev

Em conformidade com o disposto no § 1º artigo 10, da resolução CNPC 29 de 13/04/2018 e, observando a aprovação da Diretoria Executiva da Fundação, os registros de arrecadação junto ao Plano Multi-Instituído Vocêprev são realizados no ato do respectivo recebimento, ou seja, utilizam o regime de caixa para afetação das Adições Previdenciais.

3.7 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registos das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui património próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Na Fundação Libertas a variação patrimonial do PGA observa a captação de recursos decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos (Taxa de Carregamento e Taxa de Administração); as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo constante no PGA é registrado, por força da legislação vigente, nos Planos de benefícios previdenciais, porém, não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Estes valores são detalhados no item 5.2.

Os planos assistenciais registrados na ANS devem reembolsar o exato valor das suas despesas administrativas, sendo vedada a formação de fundo administrativo ou a utilização dos fundos administrativos previdenciais para suportar eventuais insuficiências administrativas assistenciais.

As Despesas Específicas de cada Plano, são alocadas diretamente ao PGA do próprio Plano que as originou. Já em relação as Despesas Comuns, são rateadas apenas entre as gestões (Previdencial, Assistencial), de forma que não mais ocorre registro individual, de sua cota parte, no PGA de cada Plano de Benefício.

Esta metodologia é compatível com a apresentação do Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa consolidado, e tem como objetivo otimizar as atividades e os controles realizados pela Fundação Libertas, bem como contribuir para a redução dos custos administrativos da Entidade.

O critério de rateio no âmbito do Plano de Gestão Administrativa, tem vigência de 12 meses, entre os meses de abril e março e são aprovados pelo Conselho Deliberativo. Nele é possível observar a apropriação das despesas comuns para a Gestão Assistencial e para a Gestão Previdencial destacada na tabela em seguida. As variações ocorrerem em virtude do aumento de despesa atribuídas à Gestão Assistencial, no exercício de 2018.

Tipo de Planos	Abril/2018 a março/2019	Abril/2017 a março/2018
Gestão Previdencial	70,35%	75,59%
Gestão Assistencial	29,65%	24,41%
TOTAL	100,00%	100,00%

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 e são definidas no Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Nos Planos de Custeios aplicados no exercício de 2018, não existe a previsão para cobrança da "Taxa de Carregamento" sobre as Contribuições Normais e Extraordinárias da Patrocinadora, Participantes e Assistidos. Somente é cobrado a Taxa de Administração, incidente sobre os Recursos Garantidores.

Para os Planos: PRODEMGE FECHADO – BD, PRODEMGE SALDADO – BD, PRODEMGE – CD e FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD, a partir do mês de junho de 2016, os respectivos Planos de Custeio, passaram a prever a cobrança da Taxa de Carregamento, incidente sobre os Contratos assinados junto às patrocinadoras. Já para o Plano COPASA SALDADO – BD, o Plano de Custeio foi alterado a partir de abril de 2018, a fim de contemplar a incidência da Taxa de Carregamento sobre os Contratos como fonte de Custeio Administrativo. (item 5.1.1.1)

Em outubro de 2018 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento do PGA. As principais modificações foram: (a) Autorização para constituição do Fundo Administrativo para Fomento, em conformidade com o item III do Artigo 24 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018. Ver item 5.8.2 (b) Definição da forma de utilização do Fundo Administrativo como fonte de custeio, bem como sua reversão para o Plano de Benefícios,

após justificativas fundamentadas da entidade, manifestação do atuário responsável e aprovação da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

4 EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PLANO MINAS CAIXA

4.1 Balanço Geral de liquidação do Plano em 24 de fevereiro de 2014

Em decorrência da Liquidação Extrajudicial do Plano Minas Caixa, conforme disposto no item 1.3, e em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar 109/2001, em 24 de fevereiro de 2014 foi gerado o Balancete Geral de Liquidação. Os saldos constantes nas contas contábeis de Patrimônio de Cobertura do Plano, foram transferidos para as contas de Liquidação Extrajudicial, e totalizaram R\$ 192.292 mil, já líquido da insuficiência patrimonial do plano.

4.2 Desdobramentos do processo de liquidação do Plano – Exercícios de 2014 a 2018

Em 16 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei Estadual nº 21.527, que autorizou o Estado a receber o patrimônio remanescente do acervo do Plano Minas Caixa liquidado, para dar cumprimento à obrigação em que assumiu de realizar os pagamentos dos proventos mensais dos antigos assistidos e pensionistas vinculados a Autarquia Estadual Minas Caixa extinta em 1991, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 10.470 de 15/04/1991.

Em 31 de Julho de 2017 foi publicado Quadro Geral de Credores – Provisório, com o registro dos seguintes créditos (Valor de face):

- A – CRÉDITOS PREFERENCIAIS: R\$ 0,00
- B – CRÉDITOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL: R\$ 8.594.782,52 (Aposentados e Pensionistas);
- C – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: R\$ 17.968,14 (Pecúlio por Morte).

Fundamentado na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, após avaliação dos pedidos de impugnação dos créditos constantes no Quadro Geral de Credores Provisório e, tendo em vista o seu indeferimento nos termos da Decisão proferida pelo Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Superintendência Previdência Complementar – PREVIC em 14/12/2017, o Quadro Geral de Credores – Definitivo teve sua publicação em Janeiro de 2018, considerando apenas a atualização dos valores listados anteriormente.

Durante o exercício de 2018, tais montantes foram liquidados integralmente em benefícios dos respectivos credores, de forma que, em 31 de dezembro de 2018 já não constava quaisquer compromissos do Plano perante aos ex-participantes.

A fim de seguir o curso normal do processo de liquidação-extrajudicial, o Administrador Especial indicado pela PREVIC determinou o registro/atualização contábil das seguintes provisões:

- Valores a receber relativos a contingências judiciais ativas, alusivas ao IOF e Imposto de Renda no total de R\$ 4.968 mil e R\$ 49.328 mil respectivamente, conforme item 5.3.8.
- Provisões para pagamento de eventual condenação em demandas judiciais relacionadas à:
 - Imposto de Renda, período de 2000 a 2004 (item 5.5.3.1); – Valor atualizado para dezembro de 2018: R\$ 37.393 mil (R\$ 36.513 mil em 2017)
 - PIS/COFINS, período de fev/1999 a dez/2004 (item 5.5.2.1); – Valor de R\$ 1.888 mil;
- Provisões para garantia de eventuais condenações judiciais de ações contra o Plano, no montante total de R\$ 2.600 mil.
- Constituição da provisão para transferência de recursos ao Estado, no valor líquido de R\$ 27.752 mil (R\$ 56.628 mil, em 2017). Resultante da movimentação patrimonial do Plano.

Ademais, foram realizadas as seguintes transferências ao Estado de Minas Gerais:

- o Dezembro de 2014: R\$ 120.000 mil
- o Junho de 2018: R\$ 31.416 mil.

A posição patrimonial do Plano pode ser observada em seu Demonstrativo do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

5 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

5.1 Realizável da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

É constituído por provisões decorrente de contribuições para o plano de benefcios, contratos de d vidas assinados junto às patrocinadoras e outros realizáveis, que compreendem: adiantamentos, reembolsos e depósitos judiciais/recursais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Em R\$ mil

PLANO	CONTRIBUIÇÕES DO MÊS		CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO		CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
CODEMIGPREV – CD	780	701	1	-	-	-	-	-	781	701
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	1.046	1.541	-	-	1.046	1.541
COHABPREV – CD	3	118	3	1	-	-	-	-	6	119
COPASA FECHADO – BD	101	97	1	-	13.809	17.905	-	-	13.911	18.002
COPASA SALDADO – BD	195	-	1	-	39.014	54.870	-	1	39.210	54.871
COPASA – CD	13.811	12.742	69	54	-	-	-	-	13.880	12.796
PRODEMGE FECHADO – BD	27	12	1	5	-	37	5	30	33	84
PRODEMGE SALDADO – BD	-	-	-	-	-	729	3	3	3	732
PRODEMGE – CD	2.164	2.073	17	536	29.459	30.970	-	-	31.640	33.579
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	1	-	2	728	1.039	-	-	728	1.042
MGS – BD	269	265	10	5	-	-	-	-	279	270
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	153	580	153	580
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
TOTAL	17.350	16.009	103	603	84.056	107.091	161	611	101.670	124.314

As contribuições provisionadas no mês de dezembro de 2018 refletem os valores efetivamente descontados dos participantes e os valores de responsabilidade das patrocinadoras, com previsão de pagamento em janeiro de 2019.

As contribuições em atraso referem-se a valores não quitados em até 30 dias de sua provisão, e que são objetos de cobrança por parte da Funda o Libertas.

As contribuições vencidas no mês de dezembro de 2017, no âmbito do Plano Prodemge – CD, no montante de R\$ 515 mil – referente a parte da Patrocinadora, foram liquidadas em janeiro de 2018. Não obstante, entre os meses de janeiro de 2018 e outubro de 2018 a patrocinadora Prodemge realizou repasses   Funda o Libertas com atrasos médios de 67 dias. Todos os valores foram liquidados ainda no exercício de 2018, com a devida correção.

Ainda sobre as contribuições de responsabilidade da Patrocinadora, junto ao Plano Prodemge CD, em novembro de 2018 foi realizado Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, conforme descrito no item 5.1.1.1 letra "e".

O item a seguir apresenta a composição do grupo "Contribuições Contratadas" dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5.1.1.1 Contribuições Contratadas

No grupo denominado "Contribuições Contratadas", são registrados os saldos a receber decorrentes dos contratos firmados junto as patrocinadoras, com cláusulas de atualização financeira e fluxo de pagamento mensal.

- a) Serviço Passado Contratado: Se destina à cobertura da Reserva de Tempo Anterior determinado atuarialmente, cuja amortização foi contratada com cláusulas financeiras, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2000.

Plano COHAB SALDADO - BD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 2.938.646,45	R\$ 2.938.646,45
Saldo Devedor	R\$ 1.046.421,71	R\$ 1.541.082,15
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	23 parcelas	36 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 48.201,64	R\$ 46.545,60
Data de Vencimento	Último dia do mês	Último dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	- A partir de março de 2016, foi firmado instrumento contratual, por meio do qual as partes pactuaram pela não incidência da Taxa de Carregamento sobre as parcelas vincendas.	
Observações	Em 02/01/2018 foi liquidada a parcela de vencimento 30/12/2017.	

Plano FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 2.043.154,42	R\$ 2.043.154,42
Saldo Devedor	R\$ 727.546,54	R\$ 1.039.107,42
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	23 parcelas	35 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 39.427,27	R\$ 38.072,68
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela (Para o Plano não se aplicam as regras de paridade previstas na Lei Complementar nº 108 de 2001)	

Plano COPASA SALDADO - BD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 103.700.062,15	R\$ 103.700.062,15
Saldo Devedor	R\$ 37.173.660,22	R\$ 53.092.736,12
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	23 parcelas	35 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 1.845.380,73	R\$ 1.777.524,63
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela – Vide item 5.1.1.2 A partir de dezembro de 2017, em virtude de Aditivo contratual, o percentual da taxa de carregamento incidente sobre as parcelas pactuadas passou a ser 7,5%.	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência.	

- b) Saldamento do Plano: Em virtude da estratégia previdencial adotada pela patrocinadora COPASA, foi contratado, no mês de novembro de 2010, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, do plano COPASA FECHADO - BD.

Plano COPASA FECHADO - BD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 31.988.361,24	R\$ 31.988.361,24
Saldo Devedor	R\$ 13.348.752,83	R\$ 17.439.616,39
Prazo - Pactuado	132 parcelas	132 parcelas
Prazo - Restante	34 parcelas	46 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 460.721,70	R\$ 465.018,44
Data de Vencimento	8º dia do mês	8º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	- A partir de abril de 2016, foi firmado instrumento contratual, por meio do qual as partes pactuaram pela não incidência da Taxa de Carregamento sobre as parcelas vincendas.	
Observações:	- O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência	

- c) Reserva relativa ao Passivo Atuarial do Plano: Assinado em março de 1998, se destina à reserva relativa aos compromissos especiais com os participantes existentes na data de criação do Plano Prodemge BD. Devido à estratégia previdencial ocorrida em 2014, o saldo a receber do Contrato foi segregado para os três Planos patrocinados pela Prodemge, observando os percentuais de distribuição das Reservas Matemáticas de Transação Individual.

Plano PRODEMGE FECHADO - BD		
	2018	2017
Valor Contratado	Contrato quitado integralmente em julho de 2018)	R\$ 188.447,59
Saldo Devedor		R\$ 37.013,39
Prazo - Pactuado		42 parcelas
Prazo - Restante		5 parcelas
Valor da última parcela		R\$ 6.361,95
Data de Vencimento		5º dia do mês
Atualização Pactuada		INPC + 6% a.a.
Observações:	Taxa de Carregamento: Incidente sobre o valor da parcela (Origem do contrato é anterior a vigência da Emenda Constitucional nº 20 de 1998)	

Plano PRODEMGE SALDADO - BD		
	2018	2017
Valor Contratado	Contrato quitado integralmente em julho de 2018)	R\$ 3.711.171,77
Saldo Devedor		R\$ 728.930,84
Prazo - Pactuado		42 parcelas
Prazo - Restante		5 parcelas
Valor da última parcela		R\$ 123.118,95
Data de Vencimento		5º dia do mês
Atualização Pactuada		INPC + 6% a.a.
Observações:	Taxa de Carregamento: Incidente sobre o valor da parcela (Origem do contrato é anterior a vigência da Emenda Constitucional nº 20 de 1998)	

Plano PRODEMGE - CD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 1.968.700,26	R\$ 4.538.775,06
Saldo Devedor	R\$ 1.715.407,65	R\$ 3.465.907,29
Prazo - Pactuado	7 parcelas	26 parcelas
Prazo - Restante	6 parcelas	18 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 301.028,85	R\$ 196.979,29
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela (Origem do contrato é anterior a vigência da Emenda Constitucional nº 20 de 1998)	
Observações:	<p>- Em 19 de novembro de 2018 foi assinado aditivo ao Termo de Confissão e parcelamento de Dívida entre Prodemge e Fundação Libertas, de forma que o saldo de R\$ 1.968.700,26 foi refinanciado em 7 parcelas.</p> <p>- Composição do Saldo devedor repactuado: 7 parcelas vincendas (R\$ 1.337.403,28) e 3 parcelas vencidas (Referente aos meses de setembro, outubro e novembro) acrescidas dos encargos (R\$ 631.296,98).</p>	

- d) Equacionamento de Déficit: Devido à estratégia previdencial da patrocinadora Prodemge, foi contratado, no mês de novembro de 2014, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, referente ao plano Prodemge BD. Tais valores foram divididos para os Planos Saldado e CD, observando a proporção das Reservas Matemáticas de Transação Individual.

Plano PRODEMGE – CD		
	2018	2017
Valor Contratado	R\$ 26.241.773,35	R\$ 28.588.687,66
Saldo Devedor	R\$ 26.125.268,82	R\$ 27.503.920,93
Prazo - Pactuado	77 parcelas	96 parcelas
Prazo - Restante	76 parcelas	88 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 411.106,10	R\$ 377.722,05
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não aplicável	
Observações:	<p>- Em 19 de novembro de 2018 foi assinado aditivo ao Termo de Confissão e parcelamento de Dívida entre Prodemge e Fundação Libertas, de forma que o saldo de R\$ 26.241.773,35 foi refinanciado em 77 parcelas.</p> <p>- Composição do Saldo devedor repactuado: 77 parcelas vincendas (R\$ 25.031.215,63) e 3 parcelas vencidas (Referente aos meses de setembro; outubro e novembro) acrescidas dos encargos (R\$ 1.210.557,72).</p>	

- e) Contribuição em Atraso Contratada: Compreende as contribuições normais da Patrocinadora, junto ao Plano Prodemgeprev, em relação ao período compreendido entre 10/09/2018 e 19/11/2018.

Plano PRODEMGE – CD	
	2018
Valor Contratado	R\$ 1.599.978,37
Saldo Devedor	R\$ 1.617.999,46
Prazo - Pactuado	9 parcelas (a partir de fev/19)
Valor inicial da parcela	R\$ 184.802,59
Data de Vencimento	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não aplicável
Observações:	- Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, assinado em 19 de novembro 2018.

5.1.1.2 Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos – Paridade Contributiva

Em novembro de 2015, as discussões junto a PREVIC em relação a Taxa de Carregamento incidente sobre os Contratos assinados com as patrocinadoras foram concluídas. Desta forma, os contratos assinados após maio de 2001, junto às patrocinadoras de origem pública, precisaram passar por revisões a fim de ajustar os valores já cobrados, observada a prescrição quinquenal, bem como as parcelas vincendas.

No exercício de 2018, ocorreram as seguintes alterações em decorrência dos efeitos relacionados a incidência da Taxa de Carregamento sobre os contratos:

- Plano: CDI – BD (Contrato de Serviço Passado): Contrato assinado após a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, os valores recebidos à título de taxa de carregamento foram estornados, gerando um crédito a favor da patrocinadora. Montante atualizado até agosto de 2016: R\$ 157 mil. Desse montante, foram deduzidos valores devidos pela patrocinadora à Fundação Libertas. Em dezembro de 2018, foi liquidado à favor da patrocinadora o montante de R\$ 65 mil, tendo como base os recursos existentes no Plano CDI.
- Plano: Copasa Saldado – BD (Contrato de Serviço Passado): na criação do Plano Copasa Saldado os critérios para o seu saldamento, determinação de custo e custeio, teve aprovação da PREVIC. Nele foi considerado como condição de transferência de massa e de equilíbrio do plano a taxa de carregamento para o plano de custeio à época da migração. Em novembro de 2017 a PREVIC ratificou o entendimento de que a Taxa de Carregamento, específica para o Contrato firmado no âmbito do Plano Copasa Saldado é devida, haja vista sua vinculação ao Plano de Custeio em data anterior ao prazo da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

No Plano de Custeio vigente no exercício de 2017, referente ao Plano Copasa Saldado, não constava a previsão da cobrança da "Taxa de Carregamento" incidente sobre o Contrato assinado junto à patrocinadora. Contudo, como a patrocinadora continuou realizando os pagamentos, os valores recebidos à título de Taxa de Carregamento incidente sobre o contrato foram mantidos no Planos de COPASA SALDADO.

A partir de abril de 2018, mediante alteração do Plano de Custeio, e com base no contrato firmado em 21 de dezembro de 2017, os montantes recebidos a título de "Taxa de Carregamento" passou a integrar o Custeio Administrativo do Plano de Benefícios.

5.2 Realizável da Gestão Administrativa (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

O realizável da Gestão Administrativa é segregado em Contas à Receber, (que demonstra os saldos das contribuições para o custeio administrativo do PGA, os adiantamentos efetuados a empregados e diretores, os bloqueios judiciais e outros valores a receber); Depósitos Judiciais – bem como suas respectivas atualizações (Referente aos Processos Trabalhistas e Tributários – Vide item 5.5.2) e Outros Realizáveis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição	Em R\$ mil	
	2018	2017
CONTAS A RECEBER	2.644	3.102
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	23.144	22.306
OUTROS REALIZÁVEIS	104	88
CONSOLIDAÇÃO	(1.784)	(2.037)
TOTAL	24.108	23.459

Também compõe o Realizável da Gestão Administrativa, a Participação de cada Plano Previdencial, no saldo do Fundo Administrativo. Os referidos valores são anulados na consolidação das demonstrações contábeis por meio de demonstrativo auxiliar (item 2.4). Os saldos deste grupo de contas são detalhados na tabela a seguir.

PLANO	Em R\$ mil	
	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	2018	2017
CDI – BD	-	34
CODEMIGPREV – CD	251	202
COHAB SALDADO – BD	973	985
COHABPREV – CD	77	75
COPASA FECHADO - BD	394	334
COPASA SALDADO - BD	6.864	5.612
COPASA – CD	11.941	10.209
PRODEMGE FECHADO - BD	114	104
PRODEMGE SALDADO - BD	808	670
PRODEMGE - CD	3.187	2.681
FUNDAÇÃO LIBERTAS -- CD	255	191
IMA – BD	2	7
MGS – BD	265	211
VOCÊPREV	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	(25.131)	(21.315)
TOTAL	-	-

5.3 Realizável dos Investimentos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Em 25 de Maio de 2018 foi publicada a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, revogando integralmente as resoluções anteriores que tratava sobre a matéria.

Os Recursos dos Planos Previdenciais e Administrativo são aplicados de acordo com as respectivas Políticas de Investimentos. Esses documentos definem as diretrizes de macro alocação, os limites de risco, os ativos elegíveis e a alocação estratégica dos recursos, por segmento de investimentos.

A entidade adota, para os investimentos relacionados nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Empréstimos à Participantes, a gestão segregada dos recursos. Já para os Investimentos Imobiliários, a gestão é feita de forma compartilhada.

De acordo com a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018 que revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, os ativos de Renda Fixa e Renda Variável são classificados contabilmente com base na característica de seu emissor. Desta forma, o Realizável dos Investimentos é composto por: Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Empréstimos à Participantes; Depósitos Judiciais e Outros Realizáveis de Investimentos, cujos saldos por plano de benefícios, também podem ser observados na Demonstração do Ativo Líquido, e constam detalhados nas tabelas a seguir:

Em R\$ mil

PLANO	TÍTULOS PÚBLICOS		CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		FUNDOS DE INVESTIMENTO		INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	-	-	25.397	20.980	-	-
COMIG - BD	-	-	-	-	2.749	2.574	-	-
CDI - BD	-	-	-	-	2.357	2.249	-	-
CODEMIGPREV - CD	-	-	258	-	37.164	34.830	-	-
COHAB SALDADO - BD	2.135	585	-	-	53.663	52.414	3.546	3.408
COHABPREV - CD	-	-	59	-	12.205	10.098	-	-
COPASA FECHADO - BD	21.003	10.240	-	-	127.884	125.165	703	676
COPASA SALDADO - BD	221.595	171.958	-	-	663.525	679.238	64.744	62.230
COPASA - CD	-	-	13.413	-	1.195.644	1.079.446	76.770	73.790
PRODEMGE FECHADO - BD	3.566	3.430	-	-	22.541	21.145	529	508
PRODEMGE SALDADO - BD	7.355	708	-	-	86.494	93.487	6.757	6.495
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	365.197	339.784	21.357	20.528
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	32	30	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	-	-	703	-	45.379	42.829	3.672	3.529
IMA - BD	-	-	-	-	1.280	1.213	-	-
MGS - BD	691	666	-	-	65.065	59.432	4.145	3.983
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	18.873	55.457	-	-
VOCÊPREV	-	-	-	-	2	-	-	-
TOTAL	256.345	187.587	14.433	-	2.725.451	2.620.371	182.223	175.147

Em R\$ mil

PLANO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-	25.397	20.980
COMIG - BD	-	1	-	-	-	-	2.749	2.575
CDI - BD	-	-	-	-	-	-	2.357	2.249
CODEMIGPREV - CD	788	585	-	-	-	-	38.210	35.415
COHAB SALDADO - BD	626	456	12	33	-	-	59.982	56.896
COHABPREV - CD	160	45	-	-	-	-	12.424	10.143
COPASA FECHADO - BD	588	255	2	7	-	-	150.180	136.343
COPASA SALDADO - BD	7.527	6.594	219	599	-	-	957.610	920.619
COPASA - CD	71.899	55.120	260	710	-	-	1.357.986	1.209.066
PRODEMGE FECHADO - BD	1	6	2	5	-	-	26.639	25.094
PRODEMGE SALDADO - BD	1.160	1.073	23	63	-	-	101.789	101.826
PRODEMGE - CD	6.798	5.857	72	198	-	-	393.424	366.367
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-	32	30
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	3.366	3.229	12	34	-	-	53.132	49.621
IMA - BD	-	-	-	-	-	-	1.280	1.213
MGS - BD	4.262	3.957	14	38	-	-	74.177	68.076
MINASCAIXA - BD	20	107	-	-	54.296	54.296	73.189	109.860
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	2	-
TOTAL	97.195	77.285	616	1.687	54.296	54.296	3.330.559	3.116.373

Os títulos e valores mobiliários são mantidos sob custódia centralizada junto ao Banco Bradesco S/A e são negociados via clearings, SELIC (títulos públicos) e "B3" (títulos privados e ações)

5.3.1 Título Público

Os títulos públicos constantes na carteira própria em 31 de dezembro de 2018, compostos em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional - série B, são mantidos junto aos planos de Benefício Definido: Copasa Fechado – BD; Copasa Saldado – BD; Prodemge Fechado – BD; Prodemge Saldado – BD; COHAB Saldado – BD e MGS - BD. A composição dos títulos públicos em carteira própria é demonstrada no item 5.3.4.

5.3.2 Créditos Privados

Em julho de 2018, a Fundação Libertas adquiriu Debêntures de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG), no montante total de R\$ 13.450 mil, emitidas à taxa de IPCA + 6,501% a.a, com vencimento em julho de 2025. Em dezembro de 2018 o valor atualizado destas Debêntures montava: R\$ 14.433 mil. Os títulos foram alocados conforme tabela a seguir.

Em R\$ mil

PLANO	Debêntures (Copasa)	
	2018	jul/18
CODEMIGPREV – CD	258	240
COHABPREV – CD	59	55
COPASA – CD	13.413	12.500
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	703	655
TOTAL	14.433	13.450

A avaliação dos limites de alocação dos ativos emitidos por patrocinadores pode ser observada no item 5.3.7

5.3.3 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos são selecionados pela área financeira e para serem investidos devem passar por avaliação do Comitê de Investimentos, de acordo com os critérios estabelecidos nas respectivas políticas de investimentos dos planos. A estrutura dos fundos de investimentos da Fundação tem em sua composição:

- a) Fundo de investimento, exclusivo, de liquidez imediata, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 629.808 mil (Em 2017 era de R\$ 572.874 mil), sob gestão do Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA. Possui a seguinte composição:

Em R\$ mil

Emissor	2018	2017
Títulos públicos	585.873	481.281
Certificado de Depósito Bancário	3.852	-
Letras Financeiras	17.485	64.841
Debêntures	22.396	26.526
Outros	202	226
TOTAL	629.808	572.874

Neste fundo consta investimento na empresa Ecorodovias, realizado em outubro de 2012, no valor de R\$ 1.424 mil. Até dezembro de 2018 já havia ocorrido pagamento de juros e amortizações no montante de R\$ 1.557 mil. Sendo que o saldo deste ativo em dezembro de 2018 era R\$ 1.044 mil. A Ecorodovias que é objeto de investigação junto ao Ministério Público, cujo foco é a apuração de eventuais irregularidades relacionadas a administração das rodovias federais no Estado do Paraná, não afetou os resultados realizados até o fechamento destas demonstrações contábeis.

- b) Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços mantidos até o vencimento, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 604.481 mil (Em 2017 era de R\$ 749.984 mil), sob gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. – Vide item 5.3.4.

- c) Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços com precificação apurada pela marcação a mercado, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.156.032 mil (Em 2017 era de R\$ 1.051.404 mil), sob gestão do Banco Itaú Unibanco S.A.

Em R\$ mil

Emissor	2018	2017
Títulos públicos	1.029.448	926.962
Letras Financeiras	119.724	108.591
Debêntures	2.351	10.856
Outros	4.508	4.995
TOTAL	1.156.031	1.051.404

- d) Fundo de investimento composto por Certificados de Recebíveis Imobiliários, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 17.536 mil (Em 2017 era de R\$ 21.630 mil), sob gestão do Modal Administradora de Recursos S/A. Neste fundo a entidade investiu R\$ 21.135 mil. Até 31 de dezembro de 2018 a Fundação já havia recebido a título de Amortização / Resgates o montante de R\$ 10.244 mil.
- e) Fundos de Investimentos em Renda Variável, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 148.465 mil (Em 2017 era de R\$ 131.769 mil). Durante o exercício de 2018 a Fundação Libertas trocou o Gestor do Fundo para VINCI Gestora de Investimentos.
- f) Fundos de Investimentos em Participações e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 94.435 mil (Em 2017 era de R\$ 92.707 mil).

Nos atuais Fundos que compõe este segmento, a Fundação Libertas investiu R\$ 77.662 mil. Sendo que, até 31 de dezembro de 2018, já havia recebido a título de Amortização/Resgates, o montante de R\$ 37.276 mil.

Em dez/2018, constavam nesta carteira 8 fundos de investimentos, vinculados aos seguintes gestores: BRZ Investimentos Ltda; Kinea Private Equity Investimentos S.A; Ória Gestão de Recursos Ltda; Lacan Investimentos e Participações Ltda; BTG Pactual Gestora de Recursos; Hamilton Lane Investimentos Ltda.

- g) Fundos Multimercados (Valor em Dez/2018: R\$ 40.946 mil): No mês de janeiro de 2018 a Fundação Libertas iniciou investimentos no segmento de Multimercados, realizando alocações estratégicas em 4 Fundos, geridos pelas casas: Garde Aseet Management; SPX Gestão de Recursos; Sul America Gestora DTVM; Bahia Asset Management. O montante inicialmente investido foi de R\$ 40.000 mil.
- h) Fundo de Direitos Creditórios (Valor em dez/2018: R\$ 33.747 mil) também em janeiro de 2018 a Fundação Libertas iniciou processo de investimentos em Fundos de Direitos Creditórios (ou que priorizam investimentos neste segmento), realizando alocações estratégicas em 3 Fundos, geridos pelas casas XP Gestão de Recursos LTDA; Vinci Gestora de Investimentos e Western Asset Management DTVM. Montante total investido: R\$ 33.043 mil

As aplicações em Fundos de Investimentos, acima descritas, possuem a seguintes alocações nos Planos de Benefícios:

Em R\$ mil

PLANO	Fundo de Investimento em Ativos de Liquidez imediata		Fundo de Investimento em Títulos Públicos levados até o vencimento		Fundo de Investimento em Títulos Públicos Marcados a mercado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	25.397	20.980	-	-	-	-
COMIG - BD	2.749	2.574	-	-	-	-
CDI - BD	2.357	2.249	-	-	-	-
CODEMIGPREV - CD	8.279	9.895	-	-	26.540	24.044
COHAB SALDADO - BD	11.805	1.954	37.645	46.706	-	-
COHABPREV - CD	4.207	3.183	-	-	6.949	6.305
COPASA FECHADO - BD	125.539	122.775	-	-	-	-
COPASA SALDADO - BD	88.321	7.831	469.096	582.012	-	-
COPASA - CD	204.221	212.108	-	-	837.583	764.450
PRODEMGE FECHADO - BD	22.002	20.635	-	-	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	15.308	9.247	61.976	76.894	-	-
PRODEMGE - CD	70.123	85.346	-	-	250.669	225.210
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	32	30	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	4.423	6.635	-	-	34.291	31.395
IMA - BD	1.280	1.213	-	-	-	-
MGS - BD	24.890	10.762	35.764	44.372	-	-
MINASCAIXA - BD	18.873	55.457	-	-	-	-
VOCÊPREV	2	-	-	-	-	-
TOTAL	629.808	572.874	604.481	749.984	1.156.032	1.051.404

Em R\$ mil

PLANO	Fundo de Investimento em Crédito Imobiliário		Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		Fundo de Investimento em Renda Variável	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-
COMIG - BD	-	-	-	-	-	-
CDI - BD	-	-	-	-	-	-
CODEMIGPREV - CD	-	-	524	-	1.019	890
COHAB SALDADO - BD	342	422	429	-	1.562	1.413
COHABPREV - CD	35	43	163	-	461	403
COPASA FECHADO - BD	809	998	-	-	1.470	1.318
COPASA SALDADO - BD	6.145	7.580	7.284	-	53.969	47.903
COPASA - CD	6.958	8.582	18.421	-	63.461	56.248
PRODEMGE FECHADO - BD	31	38	-	-	341	302
PRODEMGE SALDADO - BD	608	750	798	-	3.631	3.251
PRODEMGE - CD	1.851	2.283	5.441	-	18.129	16.081
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	404	499	687	-	2.260	2.025
IMA - BD	-	-	-	-	-	-
MGS - BD	353	435	-	-	2.162	1.935
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	-	-
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.536	21.630	33.747	-	148.465	131.769

PLANO	Fundos de Investimentos Multimercados		Fundo de Investimento em Participação de Empresas		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	-	-	25.397	20.980
COMIG - BD	-	-	-	-	2.749	2.574
CDI - BD	-	-	-	-	2.357	2.249
CODEMIGPREV - CD	767	-	35	2	37.164	34.831
COHAB SALDADO - BD	-	-	1.880	1.918	53.663	52.413
COHABPREV - CD	216	-	174	163	12.205	10.097
COPASA FECHADO - BD	-	-	66	74	127.884	125.165
COPASA SALDADO - BD	4.545	-	34.166	33.912	663.525	679.238
COPASA - CD	25.767	-	39.231	38.057	1.195.644	1.079.445
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	167	171	22.541	21.146
PRODEMGE SALDADO - BD	791	-	3.383	3.344	86.494	93.486
PRODEMGE - CD	7.859	-	11.126	10.864	365.197	339.784
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	32	30
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	1.001	-	2.311	2.274	45.379	42.828
IMA - BD	-	-	-	-	1.280	1.213
MGS - BD	-	-	1.896	1.928	65.065	59.432
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	18.873	55.457
VOCÊPREV	-	-	-	-	2	-
TOTAL	40.946	-	94.435	92.707	2.725.451	2.620.368

5.3.4 Títulos mantidos até o vencimento (marcação na curva do papel):

Os títulos públicos constantes em carteira própria e nos Fundos de Investimentos exclusivos da Fundação, que possuem seu valor registrado e atualizado mensalmente pela taxa contratada (marcação na curva), e para os quais a entidade possui capacidade financeira e de fluxo de caixa e não há intenção de negociação, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pró rata* até a data de encerramento do balanço, em contrapartida ao resultado do período. Este valor é observado nas tabelas a seguir (coluna "Valor atualizado pela Taxa de Compra")

A diferença entre o "Valor atualizado pela Taxa de Compra" e o "Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano" será utilizado para apuração do resultado ajustado do Plano, conforme demonstrado no item 5.7.1.

Plano COHAB SALDADO

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	24/05/2017	5,490783	15/10/2003	15/08/2024	68,00	3.302,87	3.374,77	224.595,16	229.484,20	4.889,04
Carteira Própria	13/08/2018	5,650005	20/01/2016	15/08/2026	30,00	3.293,43	3.418,77	98.802,90	102.563,22	3.760,32
Carteira Própria	24/05/2017	5,37586	10/02/2010	15/08/2040	110,00	3.476,47	3.585,15	382.411,70	394.366,21	11.954,51
Carteira Própria	10/05/2018	5,290006	10/02/2010	15/08/2040	407,00	3.512,26	3.585,15	1.429.489,82	1.459.154,99	29.665,17
Fundo Exclusivo	30/06/2014	5,55222	15/01/2014	15/05/2019	3,80	3.185,60	3.216,94	12.101,64	12.220,66	119,03
Fundo Exclusivo	28/07/2015	6,892469	15/01/2014	15/05/2019	879,03	3.170,96	3.216,94	2.787.369,91	2.827.781,02	40.411,11
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	62,28	3.164,57	3.216,94	197.077,42	200.338,72	3.261,30
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	503,13	3.164,57	3.216,94	1.592.188,50	1.618.536,51	26.348,01
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	92,85	3.211,54	3.276,76	298.203,81	304.259,56	6.055,75
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	66,39	3.211,54	3.276,76	213.202,73	217.532,32	4.329,60
Fundo Exclusivo	24/05/2011	6,34002	14/01/2009	15/08/2020	424,79	3.209,19	3.276,76	1.363.217,98	1.391.921,16	28.703,17
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,85961	15/10/2003	15/08/2024	250,04	3.106,88	3.374,77	776.840,29	843.823,88	66.983,59
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,84736	15/10/2003	15/08/2024	285,66	3.108,56	3.374,77	887.994,60	964.039,88	76.045,28
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,011302	15/10/2003	15/08/2024	178,55	3.086,12	3.374,77	551.013,61	602.551,20	51.537,58
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,010461	15/10/2003	15/08/2024	357,15	3.086,23	3.374,77	1.102.260,30	1.205.312,56	103.052,26
Fundo Exclusivo	27/08/2010	8,149754	15/10/2003	15/08/2024	178,55	2.936,07	3.374,77	524.223,82	602.551,20	78.327,37
Fundo Exclusivo	27/06/2014	6,010826	10/02/2010	15/08/2030	580,29	3.227,73	3.479,31	1.873.020,06	2.019.007,80	145.987,74
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	622,76	3.094,12	3.479,31	1.926.898,51	2.166.782,36	239.883,85
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	18,88	3.094,12	3.479,31	57.806,96	65.003,47	7.196,52
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,76715	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.953,53	3.563,53	527.340,67	636.253,29	108.912,62
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.953,53	3.563,53	527.341,03	636.253,29	108.912,26
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.953,53	3.563,53	527.341,03	636.253,29	108.912,26
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,749668	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.690,04	3.563,53	480.295,00	636.253,29	155.958,29
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,133133	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.851,24	3.563,53	509.078,10	636.253,29	127.175,19
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	107,18	2.888,65	3.563,53	309.598,45	381.929,51	72.331,06
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.888,65	3.563,53	515.757,56	636.253,29	120.495,73
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	249,04	2.910,71	3.563,53	724.890,86	887.470,14	162.579,28
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	89,37	2.910,71	3.563,53	260.119,62	318.459,53	58.339,90
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	18,81	2.910,71	3.563,53	54.742,95	67.020,75	12.277,81
Fundo Exclusivo	27/08/2010	7,991588	07/03/2006	15/05/2035	122,44	2.630,35	3.563,53	322.047,14	436.300,65	114.253,51
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010788	07/03/2006	15/05/2035	5,98	3.181,96	3.563,53	19.023,41	21.304,61	2.281,20
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	73,61	3.227,73	3.585,15	237.594,88	263.904,55	26.309,67
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	944,54	3.227,73	3.585,15	3.048.732,28	3.386.328,46	337.596,18
Fundo Exclusivo	30/07/2015	6,500803	10/02/2010	15/08/2040	83,95	3.053,40	3.585,15	256.328,07	300.967,28	44.639,21
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	357,15	2.913,60	3.650,19	1.040.602,79	1.303.682,03	263.079,23
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,949302	15/08/2004	15/05/2045	195,55	2.524,69	3.650,19	493.696,32	713.785,80	220.089,48
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,300006	15/08/2004	15/05/2045	160,73	3.068,10	3.650,19	493.150,85	586.713,74	93.562,90
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	178,55	2.913,60	3.650,19	520.210,67	651.727,35	131.516,68
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,338453	15/08/2004	15/05/2045	645,49	3.054,15	3.650,19	1.971.435,05	2.356.175,10	384.740,05
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	472,30	4.062,99	3.653,86	1.918.964,70	1.725.727,75	193.236,95
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	23,60	4.062,99	3.653,86	95.897,63	86.240,88	9.656,75
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	472,30	3.756,06	3.653,86	1.773.996,38	1.725.727,75	48.268,63
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	141,68	3.756,06	3.653,86	532.152,13	517.672,82	14.479,32
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	262,62	3.062,63	3.653,86	804.305,47	959.571,98	155.266,52
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	472,30	3.062,63	3.653,86	1.446.491,03	1.725.727,75	279.236,72
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,020643	10/02/2010	15/08/2050	265,30	3.224,23	3.653,86	855.377,68	969.356,57	113.978,89
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,460653	10/02/2010	15/08/2050	69,75	3.041,82	3.653,86	212.165,02	254.854,31	42.689,29
TOTAL		6,358749			2.226,00			36.777.396,47	40.685.399,94	3.908.003,47

Plano COPASA SALDADO

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qty	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	06/12/2016	6,102248	14/01/2009	15/08/2020	2.900,00	3.220,29	3.276,76	9.338.829,24	9.502.594,70	163.765,46
Carteira Própria	24/05/2017	5,819345	15/01/2014	15/05/2023	486	3.226,97	3.397,68	1.568.305,46	1.651.274,36	82.968,90
Carteira Própria	13/08/2018	5,610008	15/10/2003	15/08/2024	755	3.285,16	3.374,77	2.480.295,56	2.547.949,60	67.654,04
Carteira Própria	24/05/2017	5,592392	20/01/2016	15/08/2026	4.042,00	3.304,45	3.418,77	13.356.591,37	13.818.684,95	462.093,58
Carteira Própria	13/08/2018	5,650005	20/01/2016	15/08/2026	5.001,00	3.293,43	3.418,77	16.470.454,67	17.097.289,32	626.834,65
Carteira Própria	06/12/2016	6,08021	10/02/2010	15/08/2030	8.347,00	3.210,14	3.479,31	26.794.997,65	29.041.786,32	2.246.788,67
Carteira Própria	10/05/2018	5,080003	10/02/2010	15/08/2030	634	3.476,86	3.479,31	2.204.329,63	2.205.881,46	1.551,83
Carteira Própria	13/08/2018	5,740004	10/02/2010	15/08/2030	648	3.297,87	3.479,31	2.136.890,97	2.254.591,77	117.700,80
Carteira Própria	10/05/2018	5,240005	07/03/2006	15/05/2035	83	3.440,88	3.563,53	285.592,89	295.772,68	10.179,79
Carteira Própria	13/08/2018	5,770001	07/03/2006	15/05/2035	87	3.259,86	3.563,53	283.607,78	310.026,79	26.419,01
Carteira Própria	06/12/2016	6,112786	10/02/2010	15/08/2040	749	3.190,21	3.585,15	2.389.470,10	2.685.275,40	295.805,30
Carteira Própria	10/05/2018	5,290006	10/02/2010	15/08/2040	2.046,00	3.512,26	3.585,15	7.186.080,35	7.335.211,58	149.131,23
Carteira Própria	14/08/2018	5,770768	10/02/2010	15/08/2040	2.095,00	3.318,55	3.585,15	6.952.370,99	7.510.883,80	558.512,81
Carteira Própria	10/05/2018	5,380006	15/08/2004	15/05/2045	725	3.455,32	3.650,19	2.505.103,91	2.646.390,23	141.286,32
Carteira Própria	13/08/2018	5,820006	15/08/2004	15/05/2045	763	3.261,34	3.650,19	2.488.401,25	2.785.097,58	296.696,33
Carteira Própria	13/06/2013	5,450006	10/02/2010	15/08/2050	18.000,00	3.488,77	3.653,86	62.797.946,83	65.769.431,05	2.971.484,22
Carteira Própria	13/06/2013	5,500005	10/02/2010	15/08/2050	18.000,00	3.464,22	3.653,86	62.355.984,90	65.769.431,05	3.413.446,15
Fundo Exclusivo	30/06/2014	5,55222	15/01/2014	15/05/2019	47,34	3.185,60	3.216,94	150.799,93	152.283,12	1.483,19
Fundo Exclusivo	28/07/2015	6,892469	15/01/2014	15/05/2019	10.953,69	3.170,96	3.216,94	34.733.748,89	35.237.316,37	503.567,67
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	776,03	3.164,57	3.216,94	2.455.805,27	2.496.444,66	40.639,39
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	6.269,56	3.164,57	3.216,94	19.840.450,74	20.168.776,40	328.325,67
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	1.157,06	3.211,54	3.276,76	3.719.953,24	3.791.414,62	75.461,38
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	827,25	3.211,54	3.276,76	2.656.744,57	2.710.696,17	53.951,60
Fundo Exclusivo	24/05/2011	6,34002	14/01/2009	15/08/2020	5.293,31	3.209,19	3.276,76	16.987.221,80	17.344.895,47	357.673,68
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,85961	15/10/2003	15/08/2024	3.115,77	3.106,88	3.374,77	9.680.299,45	10.514.989,90	834.690,45
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,84736	15/10/2003	15/08/2024	3.559,66	3.108,56	3.374,77	11.065.406,54	12.013.015,86	947.609,31
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,011302	15/10/2003	15/08/2024	2.224,88	3.086,12	3.374,77	6.866.246,30	7.508.462,28	642.215,97
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,010461	15/10/2003	15/08/2024	4.450,54	3.086,23	3.374,77	13.735.397,03	15.019.543,48	1.284.146,45
Fundo Exclusivo	27/08/2010	8,149754	15/10/2003	15/08/2024	2.224,88	2.936,07	3.374,77	6.532.415,56	7.508.462,28	976.046,72
Fundo Exclusivo	27/06/2014	6,010826	10/02/2010	15/08/2030	7.231,06	3.227,73	3.479,31	23.339.926,27	25.159.096,86	1.819.170,59
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	7.760,32	3.094,12	3.479,31	24.011.312,00	27.000.533,23	2.989.221,23
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	232,81	3.094,12	3.479,31	720.339,36	810.016,00	89.676,64
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,76715	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.953,53	3.563,53	6.571.254,96	7.928.428,05	1.357.173,08
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.953,53	3.563,53	6.571.259,40	7.928.428,05	1.357.168,65
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.953,53	3.563,53	6.571.259,40	7.928.428,05	1.357.168,65
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,749668	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.690,04	3.563,53	5.985.013,26	7.928.428,05	1.943.414,78
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,133133	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.851,24	3.563,53	6.343.682,84	7.928.428,05	1.584.745,21
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	1.335,55	2.888,65	3.563,53	3.857.943,20	4.759.269,15	901.325,96
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.888,65	3.563,53	6.426.916,42	7.928.428,05	1.501.511,63
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	3.103,35	2.910,71	3.563,53	9.032.951,38	11.058.871,21	2.025.919,83
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	1.113,61	2.910,71	3.563,53	3.241.381,65	3.968.362,14	726.980,48
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	234,36	2.910,71	3.563,53	682.158,37	835.153,56	152.995,20
Fundo Exclusivo	27/08/2010	7,991588	07/03/2006	15/05/2035	1.525,88	2.630,35	3.563,53	4.013.067,79	5.436.794,40	1.423.726,60
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010788	07/03/2006	15/05/2035	74,50	3.181,96	3.563,53	237.052,95	265.479,28	28.426,32
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	917,27	3.227,73	3.585,15	2.960.698,13	3.288.546,00	327.847,87
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	11.770,07	3.227,73	3.585,15	37.990.616,31	42.197.442,61	4.206.826,30
Fundo Exclusivo	30/07/2015	6,500803	10/02/2010	15/08/2040	1.046,09	3.053,40	3.585,15	3.194.134,65	3.750.389,18	556.254,53
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	4.450,54	2.913,60	3.650,19	12.967.075,45	16.245.337,13	3.278.261,68
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,949302	15/08/2004	15/05/2045	2.436,74	2.524,69	3.650,19	6.152.008,67	8.894.569,94	2.742.561,27
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,300006	15/08/2004	15/05/2045	2.002,94	3.068,10	3.650,19	6.145.211,47	7.311.109,87	1.165.898,41
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	2.224,88	2.913,60	3.650,19	6.482.407,21	8.121.252,23	1.638.845,03
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,336453	15/08/2004	15/05/2045	8.043,57	3.054,15	3.650,19	24.566.287,16	29.360.578,79	4.794.291,63
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	4.062,99	3.653,86	23.912.447,83	21.504.499,19	-2.407.948,64
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	294,12	4.062,99	3.653,86	1.194.991,79	1.074.657,86	-120.333,93
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	3.756,06	3.653,86	22.105.980,31	21.504.499,19	-601.481,11
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	1.765,47	3.756,06	3.653,86	6.631.211,13	6.450.782,66	-180.428,47
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	3.272,53	3.062,63	3.653,86	10.022.546,29	11.957.340,86	1.934.794,57
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	3.062,63	3.653,86	18.024.897,09	21.504.499,19	3.479.602,10
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,020643	10/02/2010	15/08/2050	3.305,89	3.224,23	3.653,86	10.658.963,24	12.079.267,74	1.420.304,50
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,460653	10/02/2010	15/08/2050	869,16	3.041,82	3.653,86	2.643.813,59	3.175.769,92	531.956,33
TOTAL		6,145741			65.361,00			653.274.552,22	712.978.559,70	59.704.007,48

Piano MGS

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	24/05/2017	5,592392	20/01/2016	15/08/2026	209,00	3.304,45	3.418,77	690.630,28	714.523,79	23.893,51
Fundo Exclusivo	30/06/2014	5,55222	15/01/2014	15/05/2019	3,61	3.185,60	3.216,94	11.496,96	11.610,04	113,08
Fundo Exclusivo	28/07/2015	6,892469	15/01/2014	15/05/2019	835,11	3.170,96	3.216,94	2.648.094,54	2.686.486,44	38.391,91
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	59,16	3.164,57	3.216,94	187.230,14	190.328,48	3.098,34
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	477,99	3.164,57	3.216,94	1.512.632,27	1.537.663,76	25.031,49
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	88,21	3.211,54	3.276,76	283.303,58	289.056,75	5.753,16
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	63,07	3.211,54	3.276,76	202.549,71	206.662,97	4.113,26
Fundo Exclusivo	24/05/2011	6,34002	14/01/2009	15/08/2020	403,56	3.209,19	3.276,76	1.295.102,63	1.322.371,60	27.268,97
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,85961	15/10/2003	15/08/2024	237,55	3.106,88	3.374,77	738.024,23	801.660,87	63.636,64
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,84736	15/10/2003	15/08/2024	271,39	3.108,56	3.374,77	843.624,54	915.870,09	72.245,56
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,011302	15/10/2003	15/08/2024	169,62	3.086,12	3.374,77	523.481,34	572.443,77	48.962,43
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,010461	15/10/2003	15/08/2024	339,31	3.086,23	3.374,77	1.047.184,11	1.145.087,20	97.903,09
Fundo Exclusivo	27/08/2010	8,149754	15/10/2003	15/08/2024	169,62	2.936,07	3.374,77	498.030,15	572.443,77	74.413,62
Fundo Exclusivo	27/06/2014	6,010826	10/02/2010	15/08/2030	551,29	3.227,73	3.479,31	1.779.431,64	1.918.124,86	138.693,23
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	591,65	3.094,12	3.479,31	1.830.617,96	2.058.515,63	227.897,67
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	17,75	3.094,12	3.479,31	54.918,54	61.755,47	6.836,93
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,76715	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.953,53	3.563,53	500.991,26	604.461,88	103.470,62
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.953,53	3.563,53	500.991,59	604.461,88	103.470,29
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.953,53	3.563,53	500.991,59	604.461,88	103.470,29
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,749668	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.690,04	3.563,53	456.296,30	604.461,88	148.165,58
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,133133	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.851,24	3.563,53	483.641,20	604.461,88	120.820,68
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	101,82	2.888,65	3.563,53	294.128,87	362.845,79	68.716,92
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.888,65	3.563,53	489.986,91	604.461,88	114.474,97
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	236,60	2.910,71	3.563,53	688.670,53	843.126,28	154.455,75
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	84,90	2.910,71	3.563,53	247.122,33	302.547,19	55.424,86
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	17,87	2.910,71	3.563,53	52.007,63	63.671,95	11.664,33
Fundo Exclusivo	27/08/2010	7,991588	07/03/2006	15/05/2035	116,32	2.630,35	3.563,53	305.955,54	414.500,19	108.544,65
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010788	07/03/2006	15/05/2035	5,68	3.181,96	3.563,53	18.072,87	20.240,09	2.167,22
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	69,93	3.227,73	3.585,15	225.723,07	250.718,14	24.995,06
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	897,35	3.227,73	3.585,15	2.896.397,52	3.217.125,17	320.727,65
Fundo Exclusivo	30/07/2015	6,500803	10/02/2010	15/08/2040	79,75	3.053,40	3.585,15	243.520,23	285.928,97	42.408,74
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	339,31	2.913,60	3.650,19	988.607,42	1.238.541,48	249.934,06
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,949302	15/08/2004	15/05/2045	185,78	2.524,69	3.650,19	469.028,00	678.120,36	209.092,36
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,300006	15/08/2004	15/05/2045	152,70	3.068,10	3.650,19	468.509,78	557.397,66	88.887,88
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	169,62	2.913,60	3.650,19	494.217,52	619.162,76	124.945,24
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,338453	15/08/2004	15/05/2045	613,24	3.054,15	3.650,19	1.872.929,16	2.238.445,06	365.515,90
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	448,70	4.062,99	3.653,86	1.823.080,57	1.639.499,02	-183.581,56
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	22,42	4.062,99	3.653,86	91.105,95	81.931,72	-9.174,24
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	448,70	3.756,06	3.653,86	1.685.355,83	1.639.499,02	-45.856,81
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	134,60	3.756,06	3.653,86	505.562,30	491.806,47	-13.755,83
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	249,50	3.062,63	3.653,86	764.117,06	911.625,44	147.508,38
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	448,70	3.062,63	3.653,86	1.374.214,80	1.639.499,02	265.284,22
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,020643	10/02/2010	15/08/2050	252,04	3.224,23	3.653,86	812.637,37	920.921,13	108.283,76
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,460653	10/02/2010	15/08/2050	66,26	3.041,82	3.653,86	201.563,86	242.120,11	40.556,25
TOTAL		6,404311			2.226,00			33.801.779,69	37.290.649,77	3.688.870,09

Plano PRODEMGE FECHADO - BD

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	24/07/2015	6,341504	14/01/2009	15/08/2020	36	3.209,12	3.276,76	115.528,21	117.963,24	2.435,03
Carteira Própria	24/07/2015	6,290986	14/01/2009	15/08/2020	6	3.211,47	3.276,76	19.268,82	19.660,54	391,72
Carteira Própria	24/07/2015	6,29099	14/01/2009	15/08/2020	8	3.211,47	3.276,76	25.691,76	26.214,05	522,29
Carteira Própria	24/05/2017	5,619345	15/01/2014	15/05/2023	13	3.226,97	3.397,68	41.950,56	44.169,89	2.219,33
Carteira Própria	24/07/2015	6,848298	15/10/2003	15/08/2024	24	3.108,43	3.374,77	74.602,34	80.994,42	6.392,08
Carteira Própria	24/07/2015	7,011403	15/10/2003	15/08/2024	30	3.086,10	3.374,77	92.583,07	101.243,03	8.659,96
Carteira Própria	24/07/2015	6,860546	15/10/2003	15/08/2024	21	3.106,75	3.374,77	65.241,68	70.870,12	5.628,44
Carteira Própria	24/07/2015	8,15072	15/10/2003	15/08/2024	15	2.935,95	3.374,77	44.039,23	50.621,52	6.582,29
Carteira Própria	24/07/2015	7,01224	15/10/2003	15/08/2024	15	3.085,99	3.374,77	46.289,82	50.621,52	4.331,70
Carteira Própria	24/05/2017	5,490783	15/10/2003	15/08/2024	14	3.302,87	3.374,77	46.240,21	47.246,75	1.006,54
Carteira Própria	24/05/2017	5,592392	20/01/2016	15/08/2026	46	3.304,45	3.418,77	152.004,75	157.263,61	5.258,86
Carteira Própria	24/07/2015	6,011472	10/02/2010	15/08/2030	49	3.227,57	3.479,31	158.150,76	170.486,11	12.335,35
Carteira Própria	24/05/2017	5,444155	10/02/2010	15/08/2030	19	3.376,43	3.479,31	64.152,08	66.106,86	1.954,78
Carteira Própria	24/07/2015	6,767715	07/03/2006	15/05/2035	15	2.953,37	3.563,53	44.300,51	53.452,89	9.152,38
Carteira Própria	24/07/2015	7,992189	07/03/2006	15/05/2035	10	2.630,20	3.563,53	26.302,04	35.635,26	9.333,22
Carteira Própria	24/07/2015	6,918707	07/03/2006	15/05/2035	21	2.910,55	3.563,53	61.121,55	74.834,05	13.712,50
Carteira Própria	24/07/2015	6,918707	07/03/2006	15/05/2035	7	2.910,55	3.563,53	20.373,85	24.944,68	4.570,83
Carteira Própria	24/07/2015	6,767707	07/03/2006	15/05/2035	15	2.953,37	3.563,53	44.300,54	53.452,89	9.152,35
Carteira Própria	24/07/2015	6,011331	07/03/2006	15/05/2035	1	3.181,79	3.563,53	3.181,79	3.563,53	381,74
Carteira Própria	24/07/2015	6,997715	07/03/2006	15/05/2035	15	2.888,50	3.563,53	43.327,43	53.452,89	10.125,46
Carteira Própria	24/07/2015	7,133707	07/03/2006	15/05/2035	15	2.851,09	3.563,53	42.766,31	53.452,89	10.686,58
Carteira Própria	24/07/2015	6,997715	07/03/2006	15/05/2035	9	2.888,50	3.563,53	25.996,46	32.071,74	6.075,28
Carteira Própria	24/07/2015	6,918704	07/03/2006	15/05/2035	2	2.910,55	3.563,53	5.821,10	7.127,05	1.305,95
Carteira Própria	24/07/2015	6,767707	07/03/2006	15/05/2035	15	2.953,37	3.563,53	44.300,54	53.452,89	9.152,35
Carteira Própria	24/07/2015	7,750262	07/03/2006	15/05/2035	15	2.689,89	3.563,53	40.348,30	53.452,89	13.104,59
Carteira Própria	24/05/2017	5,425271	07/03/2006	15/05/2035	46	3.376,06	3.563,53	155.298,78	163.922,21	8.623,43
Carteira Própria	24/07/2015	6,011207	10/02/2010	15/08/2040	79	3.227,55	3.585,15	254.976,30	283.226,64	28.250,34
Carteira Própria	24/07/2015	6,011205	10/02/2010	15/08/2040	6	3.227,55	3.585,15	19.365,29	21.510,88	2.145,59
Carteira Própria	24/05/2017	5,37586	10/02/2010	15/08/2040	88	3.476,47	3.585,15	236.399,95	243.790,02	7.390,07
Carteira Própria	24/07/2015	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	30	2.913,60	3.650,19	87.407,85	109.505,80	22.097,95
Carteira Própria	24/07/2015	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	15	2.913,60	3.650,19	43.703,93	54.752,90	11.048,97
Carteira Própria	24/07/2015	6,300006	15/08/2004	15/05/2045	13	3.058,10	3.650,19	39.885,29	47.452,51	7.567,22
Carteira Própria	24/07/2015	6,336916	15/08/2004	15/05/2045	54	3.053,98	3.650,19	164.914,73	197.110,44	32.195,71
Carteira Própria	24/07/2015	7,949303	15/08/2004	15/05/2045	16	2.524,69	3.650,19	40.395,02	58.403,09	18.008,07
Carteira Própria	24/05/2017	5,440004	15/08/2004	15/05/2045	62	3.427,85	3.650,19	212.526,82	226.311,99	13.785,17
Carteira Própria	24/07/2015	6,408712	10/02/2010	15/08/2050	39	3.062,45	3.653,86	119.435,70	142.500,43	23.064,73
Carteira Própria	24/07/2015	4,93999	10/02/2010	15/08/2050	39	3.755,84	3.653,86	146.477,70	142.500,43	-3.977,27
Carteira Própria	24/07/2015	4,93999	10/02/2010	15/08/2050	12	3.755,84	3.653,86	45.070,06	43.846,29	-1.223,77
Carteira Própria	24/07/2015	6,408712	10/02/2010	15/08/2050	22	3.062,45	3.653,86	67.373,99	80.384,86	13.010,87
Carteira Própria	24/07/2015	6,021077	10/02/2010	15/08/2050	22	3.224,04	3.653,86	70.928,90	80.384,86	9.455,96
Carteira Própria	24/07/2015	4,41958	10/02/2010	15/08/2050	2	4.062,76	3.653,86	8.125,52	7.307,71	-817,81
Carteira Própria	24/07/2015	4,419579	10/02/2010	15/08/2050	39	4.062,76	3.653,86	158.447,69	142.500,43	-15.947,26
Carteira Própria	24/05/2017	5,346694	14/01/2015	15/05/2055	99	3.511,01	3.740,80	347.589,79	370.338,78	22.748,99
TOTAL		5,990763			1.099,00			3.566.207,02	3.918.105,66	351.898,64

Plano PRODEMGE SALDADO - BD

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	24/05/2017	5,524827	06/01/2016	15/05/2021	6,00	3.212,51	3.358,63	19.275,03	20.151,79	876,76
Carteira Própria	24/05/2017	5,647891	13/10/2011	15/08/2022	45,00	3.261,94	3.332,62	146.787,46	149.967,76	3.180,30
Carteira Própria	24/05/2017	5,619345	15/01/2014	15/05/2023	134,00	3.226,97	3.397,68	432.413,44	455.289,64	22.876,20
Carteira Própria	24/05/2017	5,490783	15/10/2003	15/08/2024	41,00	3.302,87	3.374,77	135.417,77	138.365,47	2.947,70
Carteira Própria	13/08/2018	5,650005	20/01/2016	15/08/2026	1.816,00	3.293,43	3.418,77	5.980.872,96	6.208.493,78	227.620,82
Carteira Própria	10/05/2018	5,080003	10/02/2010	15/08/2030	184,00	3.476,86	3.479,31	639.742,35	640.192,73	450,38
Fundo Exclusivo	30/06/2014	5,55222	15/01/2014	15/05/2019	6,25	3.185,60	3.216,94	19.923,36	20.119,32	195,96
Fundo Exclusivo	28/07/2015	6,892469	15/01/2014	15/05/2019	1.447,18	3.170,96	3.216,94	4.588.947,33	4.655.477,59	66.530,27
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	102,53	3.164,57	3.216,94	324.455,65	329.824,84	5.369,19
Fundo Exclusivo	30/09/2015	7,48526	15/01/2014	15/05/2019	828,32	3.164,57	3.216,94	2.621.277,19	2.664.654,87	43.377,67
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	152,87	3.211,54	3.276,76	490.943,66	500.913,45	9.969,79
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,289504	14/01/2009	15/08/2020	109,29	3.211,54	3.276,76	351.003,31	358.131,28	7.127,97
Fundo Exclusivo	24/05/2011	6,34002	14/01/2009	15/08/2020	699,34	3.209,19	3.276,76	2.244.314,79	2.291.569,86	47.255,07
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,85961	15/10/2003	15/08/2024	411,65	3.106,88	3.374,77	1.278.940,11	1.389.217,59	110.277,49
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,84736	15/10/2003	15/08/2024	470,29	3.108,56	3.374,77	1.461.937,44	1.587.133,52	125.196,08
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,011302	15/10/2003	15/08/2024	293,95	3.086,12	3.374,77	907.153,53	992.001,70	84.848,18
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,010461	15/10/2003	15/08/2024	588,00	3.086,23	3.374,77	1.814.690,78	1.984.349,41	169.658,64
Fundo Exclusivo	27/08/2010	8,149754	15/10/2003	15/08/2024	293,95	2.936,07	3.374,77	863.048,53	992.001,70	128.953,17
Fundo Exclusivo	27/06/2014	6,010826	10/02/2010	15/08/2030	955,35	3.227,73	3.479,31	3.083.620,29	3.323.965,15	240.344,86
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	1.025,28	3.094,12	3.479,31	3.172.322,31	3.567.251,72	394.929,41
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,550953	10/02/2010	15/08/2030	30,76	3.094,12	3.479,31	95.169,67	107.017,55	11.847,88
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,76715	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.953,53	3.563,53	868.179,91	1.047.486,67	179.306,76
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.953,53	3.563,53	868.180,50	1.047.486,67	179.306,17
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,767143	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.953,53	3.563,53	868.180,50	1.047.486,67	179.306,17
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,749668	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.690,04	3.563,53	790.726,93	1.047.486,67	256.759,73
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,133133	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.851,24	3.563,53	838.113,58	1.047.486,67	209.373,09
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	176,45	2.888,65	3.563,53	509.703,06	628.784,29	119.081,22
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,997144	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.888,65	3.563,53	849.110,22	1.047.486,67	198.376,45
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	410,01	2.910,71	3.563,53	1.193.413,89	1.461.074,01	267.660,12
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	147,13	2.910,71	3.563,53	428.244,29	524.291,37	96.047,08
Fundo Exclusivo	27/08/2010	6,918139	07/03/2006	15/05/2035	30,96	2.910,71	3.563,53	90.125,28	110.338,67	20.213,39
Fundo Exclusivo	27/08/2010	7,991588	07/03/2006	15/05/2035	201,57	2.630,35	3.563,53	530.197,79	718.297,45	188.099,66
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010788	07/03/2006	15/05/2035	9,84	3.181,96	3.563,53	31.318,92	35.074,54	3.755,62
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	121,19	3.227,73	3.585,15	391.161,00	434.475,54	43.314,55
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,010716	10/02/2010	15/08/2040	1.555,04	3.227,73	3.585,15	5.019.237,59	5.575.034,33	555.796,74
Fundo Exclusivo	30/07/2015	6,500803	10/02/2010	15/08/2040	138,21	3.053,40	3.585,15	422.002,12	495.493,26	73.491,14
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	588,00	2.913,60	3.650,19	1.713.181,80	2.146.298,61	433.116,80
Fundo Exclusivo	23/07/2010	7,949302	15/08/2004	15/05/2045	321,94	2.524,69	3.650,19	812.790,00	1.175.131,23	362.341,23
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,300006	15/08/2004	15/05/2045	264,62	3.068,10	3.650,19	811.891,97	965.927,93	154.035,96
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,718885	15/08/2004	15/05/2045	293,95	2.913,60	3.650,19	856.441,54	1.072.962,18	216.520,64
Fundo Exclusivo	23/07/2010	6,336453	15/08/2004	15/05/2045	1.062,70	3.054,15	3.650,19	3.245.644,42	3.879.055,80	633.411,38
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	777,57	4.062,99	3.653,86	3.159.260,59	2.841.127,66	- 318.132,94
Fundo Exclusivo	28/03/2013	4,419206	10/02/2010	15/08/2050	38,86	4.062,99	3.653,86	157.879,72	141.981,46	- 15.898,26
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	777,57	3.756,06	3.653,86	2.920.594,03	2.841.127,66	- 79.466,38
Fundo Exclusivo	05/06/2013	4,939599	10/02/2010	15/08/2050	233,25	3.756,06	3.653,86	876.101,19	852.263,37	- 23.837,82
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	432,36	3.062,63	3.653,86	1.324.157,01	1.579.777,87	255.620,85
Fundo Exclusivo	28/11/2013	6,408262	10/02/2010	15/08/2050	777,57	3.062,63	3.653,86	2.381.410,20	2.841.127,66	459.717,46
Fundo Exclusivo	30/06/2014	6,020643	10/02/2010	15/08/2050	436,77	3.224,23	3.653,86	1.408.239,04	1.595.886,58	187.647,54
Fundo Exclusivo	29/07/2015	6,460653	10/02/2010	15/08/2050	114,83	3.041,82	3.653,86	349.294,90	419.575,81	70.280,91
TOTAL		6,326996				2.226,00		64.387.038,97	70.996.118,04	6.609.079,07

Plano COPASA FECHADO - BD

Forma de Investimento	Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Compra (Valor contabilizado) (A)	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
Carteira Própria	06/12/2016	6,195079	15/10/2003	15/08/2024	70	3.200,04	3.374,77	224.002,77	236.233,74	12.230,97
Carteira Própria	06/12/2016	6,08021	10/02/2010	15/08/2030	233	3.210,14	3.479,31	747.961,48	810.678,83	62.717,35
Carteira Própria	24/05/2017	5,444155	10/02/2010	15/08/2030	35	3.376,43	3.479,31	118.174,88	121.775,79	3.600,91
Carteira Própria	10/05/2018	5,080003	10/02/2010	15/08/2030	35	3.476,86	3.479,31	121.690,12	121.775,79	85,67
Carteira Própria	06/12/2016	6,191899	07/03/2006	15/05/2035	230	3.125,06	3.563,53	718.764,93	819.611,05	100.846,12
Carteira Própria	24/05/2017	5,425271	07/03/2006	15/05/2035	99	3.376,06	3.563,53	334.229,97	352.789,10	18.559,13
Carteira Própria	10/05/2018	5,240005	07/03/2006	15/05/2035	58	3.440,88	3.563,53	199.570,93	206.684,52	7.113,59
Carteira Própria	06/12/2016	6,112786	10/02/2010	15/08/2040	1.051,00	3.190,21	3.585,15	3.352.914,66	3.767.989,91	415.075,25
Carteira Própria	24/05/2017	5,37586	10/02/2010	15/08/2040	114	3.476,47	3.585,15	396.317,56	408.706,80	12.389,24
Carteira Própria	10/05/2018	5,290006	10/02/2010	15/08/2040	95	3.512,26	3.585,15	333.664,53	340.589,00	6.924,47
Carteira Própria	06/12/2016	6,193376	15/08/2004	15/05/2045	150	3.109,47	3.650,19	466.420,77	547.529,01	81.108,24
Carteira Própria	24/05/2017	5,440004	15/08/2004	15/05/2045	59	3.427,85	3.650,19	202.243,26	215.361,41	13.118,15
Carteira Própria	10/05/2018	5,380006	15/08/2004	15/05/2045	1.655,00	3.455,32	3.650,19	5.718.547,54	6.041.070,10	322.522,56
Carteira Própria	06/12/2016	6,163673	10/02/2010	15/08/2050	500	3.163,00	3.653,86	1.581.501,11	1.826.928,64	245.427,53
Carteira Própria	24/05/2017	5,39647	10/02/2010	15/08/2050	141	3.515,37	3.653,86	495.667,83	515.193,88	19.526,05
Carteira Própria	10/05/2018	5,390002	10/02/2010	15/08/2050	1.133,00	3.518,61	3.653,86	3.986.585,26	4.139.820,30	153.235,04
Carteira Própria	06/12/2016	6,114018	14/01/2015	15/05/2055	450	3.136,31	3.740,80	1.411.339,88	1.683.358,11	272.018,23
Carteira Própria	24/05/2017	5,346694	14/01/2015	15/05/2055	169	3.511,01	3.740,80	593.360,34	632.194,49	38.834,15
TOTAL		5,683224			6.277,00			21.002.957,82	22.788.290,49	1.785.332,67

A Fundação Libertas realiza estudos de ALM (casamento de ativos e passivos), a fim de definir os limites de macro alocação dos investimentos da entidade, além de:

- Encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a probabilidade de os planos de benefícios da Fundação atingirem os seus objetivos, diante das premissas estabelecidas;
- Melhorar a condição de solvência dos planos, por meio da minimização da volatilidade do resultado acumulado;
- Reduzir o risco de liquidez.

5.3.5 Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários da Fundação Libertas é composta pelos seguintes imóveis, em 31 de dezembro de 2018:

- Imóvel denominado "AFONSO PENA"
- Imóvel denominado "BRASIF"
- Imóvel denominado "MAX APART"
- Imóvel denominado "PARAUNA"
- Imóvel denominado "RAJA CENTER"
- Imóvel denominado "FUNDAÇÃO LIBERTAS"
- Imóvel denominado "SILVIO MENICUCCI"
- Imóvel denominado "TRATEX"
- Imóvel denominado "LIFECENTER"

A Fundação Libertas reavaliou os imóveis em dezembro de 2018, por meio da empresa LAUTEC EQUIPE TECNICA ENGENHARIA S/S LTDA, CNPJ 03.014.670/0001-55, responsáveis técnicos: Eduardo Aquino

Gonçalves CREA 104.161-D; Rodrigo Lora Brandolt CREA 122.746-D e Luciano Blessmann Silveira CREA 50.211-D.

Os valores totais dos Investimentos Imobiliário bem como dos valores a receber decorrentes de alugueis de uso, constantes na carteira da Fundação Libertas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, segregado por plano de Benefício, pode ser observado na tabela em sequência:

Em R\$ mil

PLANO	VALOR DO BEM		VALORES À RECEBER		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
COHAB SALDADO - BD	3.416	3.282	130	126	3.546	3.408
COPASA FECHADO - BD	678	651	26	25	703	676
COPASA SALDADO - BD	62.382	59.934	2.362	2.297	64.744	62.231
COPASA - CD	73.970	71.067	2.800	2.724	76.770	73.791
PRODEMGE FECHADO - BD	510	489	19	19	529	508
PRODEMGE SALDADO - BD	6.510	6.256	247	239	6.757	6.495
PRODEMGE - CD	20.578	19.771	779	758	21.357	20.529
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	3.538	3.399	134	130	3.672	3.529
MGS - BD	3.994	3.837	151	146	4.145	3.983
TOTAL	175.576	168.686	6.648	6.464	182.223	175.150

Estão constituídas provisões para perdas prováveis em relação aos valores a receber, já deduzidas dos saldos apresentados.

5.3.5.1 Valor do Bem / Reavaliação

As reavaliações foram registradas na contabilidade em 31 de dezembro de 2018 apresentando resultado positivo no segmento de R\$ 6.890 mil.

IMÓVEL	Data da avaliação	Histórico	Valor até a data de Avaliação	Valor da Avaliação	Resultado da Avaliação	Conta contábil relacionada
Imóvel "AFONSO PENA"	Dez/2018	Reavaliação	3.181.000,00	3.215.000,00	34.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "BRASIF"	Dez/2018	Reavaliação	15.892.000,00	16.235.000,00	343.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "MAX APART"	Dez/2018	Reavaliação	4.054.000,00	4.349.000,00	295.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "PARAUNA"	Dez/2018	Reavaliação	3.880.000,00	4.075.000,00	195.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "RAJA CENTER"	Dez/2018	Reavaliação	10.224.000,00	10.739.000,00	515.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "FUNDAÇÃO LIBERTAS"	Dez/2018	Reavaliação	84.286.000,00	88.028.000,00	3.742.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "SILVIO MENICUCCI"	Dez/2018	Reavaliação	10.965.000,00	11.684.000,00	719.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "TRATEX"	Dez/2018	Reavaliação	4.762.000,00	4.878.000,00	116.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "LIFECENTER"	Dez/2018	Reavaliação	31.441.000,00	32.372.307,93	931.307,93	1.2.3.6.04
TOTAL			168.685.000,00	175.575.307,93	6.890.307,93	

5.3.6 Empréstimos à Participantes

Os Saldos dos empréstimos à participantes, realizadas por meio de cada plano de benefícios, podem observado na tabela em sequência.

Em R\$ mil

PLANO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
	2018	2017
COMIG – BD	-	1
CODEMIGPREV – CD	788	585
COHAB SALDADO – BD	626	456
COHABPREV – CD	160	45
COPASA FECHADO - BD	588	255
COPASA SALDADO - BD	7.527	6.594
COPASA – CD	71.899	55.120
PRODEMGE FECHADO - BD	1	6
PRODEMGE SALDADO - BD	1.160	1.073
PRODEMGE - CD	6.798	5.857
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.366	3.229
MGS – BD	4.262	3.957
MINASCAIXA – BD	20	107
TOTAL	97.195	77.285

Estão constituídas provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos, já deduzidas dos saldos apresentados, para fazer jus à inadimplência de empréstimos, cujo montante, para os planos de benefícios sob gestão da Fundação Libertas, totaliza 3,35% do total emprestado em 31 de dezembro de 2018 (4,26% em 2017). Já para o Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), a provisão para perda representa cerca de 99,6% (Em 2017 era de 98%) dos empréstimos concedidos.

5.3.7 Limite de alocação por emissor – Patrocinadores

Na Política de Investimentos dos Planos administrados pela Libertas consta a possibilidade de realizar operações, direta ou indiretamente, em ativos financeiros de emissão da patrocinadora (ou grupo econômico), conforme prevê a Resolução CMN 4.661/2018.

A apuração do limite de alocação por emissor visa reduzir o risco da Patrocinadora, observando, inclusive, eventuais contratos de dívida assinados junto à Entidade.

O limite previsto na Política de investimento, equivale a 8% dos Recursos Garantidores do Plano. Em 2018, a Fundação Libertas possui os seguintes títulos:

Em R\$ mil

Veículo	Tipo	2018
Carteira Própria	Debênture COPASA	14.433
Fundos de Investimentos	Ação CEMIG (CMIG3)	68
Fundos de Investimentos	Ação CEMIG (CMIG4)	3.143
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG17)	3.042
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG26)	4.437
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG3)	677
Fundos de Investimentos	FIDC LIGHT	386
Fundos de Investimentos	Ações LIGHT (LIGT3)	653
Fundos de Investimentos	Ações TAESA (TAE11)	74
TOTAL		28.931

Para apuração dos limites acima, foram considerados os papéis emitidos diretamente pelas patrocinadoras da Fundação Libertas, bem como àqueles papéis em que o Estado de Minas Gerais possui alguma participação, a fim de contemplar o conceito de "grupo econômico".

5.3.8 Outros Realizáveis – Plano Minas Caixa (Em Liquidação Extrajudicial)

Os direitos dos registros constantes nas contas "Outros Realizáveis", abaixo listados, foram cedidos ao Estado de Minas Gerais, em cumprimento às disposições da Lei 21.527 de 16 de dezembro de 2014, contudo, permanecem ligados no Plano Minas Caixa (Em Liquidação Judicial).

- Imposto de Renda

Refere-se a valor a receber oriundo de discussões relativas ao Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 e dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, bem como sua complementação e atualização monetária.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. Em dezembro de 2014, conforme observado no item 4.2, o valor foi atualizado para R\$ 49.328 mil, permanecendo até dezembro de 2018.

- IOF

Conforme descrito no item 4.2, no mês de dezembro de 2014 foi provisionado o valor de R\$ 4.968 mil, para demonstrar os direitos do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) em relação ao pedido de repetição de indébito contra a União Federal, tendo em vista a sentença confirmada pelo TRF, transitada em julgado em outubro de 1996, que discute a incidência de IOF sobre as aplicações financeiras do Plano.

5.4 Exigível operacional

Compreende os compromissos dos Planos de Benefícios, registrados em 31 de dezembro. São divididos em Exigível Operacional da Gestão Previdencial e Exigível Operacional da Gestão de Investimentos.

Os compromissos entre Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa são anulados por meio do Balancete de Operações Comuns (Item 2.4)

Em R\$ mil

PLANO	Gestão Previdencial		Gestão de Investimentos	
	2018	2017	2017	2016
COMIG – BD	1	1	-	-
CDI – BD	-	73	-	-
CODEMIGPREV – CD	376	380	2	-
COHAB SALDADO – BD	514	223	2	1
COHABPREV – CD	12	10	-	-
COPASA FECHADO - BD	1.381	1.188	1	-
COPASA SALDADO - BD	5.844	6.103	21	24
COPASA – CD	5.808	4.728	113	104
PRODEMGE FECHADO - BD	493	494	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	837	854	2	4
PRODEMGE - CD	1.954	2.704	11	12
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1	11	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	303	349	4	4
IMA – BD	32	47	-	-
MGS – BD	1.970	1.997	9	10
MINASCAIXA – BD	32.787	70.869	-	-
PGA GERAL	-	-	8	-
OPERAÇÕES COMUNS	(1.677)	(1.952)	(107)	(85)
TOTAL	50.636	88.079	66	74

5.4.1 Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são assim demonstrados:

Em R\$ mil

PLANO	BENEFÍCIOS A PAGAR		RETENÇÕES A RECOLHER		Outras Exigibilidades		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
COMIG – BD	-	-	-	-	2	1	2	1
CDI – BD	-	-	-	1	-	72	-	73
CODEMIGPREV – CD	272	270	83	86	21	24	376	380
COHAB SALDADO – BD	202	196	26	27	286	-	514	223
COHABPREV – CD	3	3	-	-	9	7	12	10
COPASA FECHADO – BD	1.163	1.122	30	31	188	35	1.381	1.188
COPASA SALDADO – BD	3.710	3.911	1.533	1.519	601	673	5.844	6.103
COPASA – CD	3.441	2.529	1.606	1.368	761	831	5.808	4.728
PRODEMGE FECHADO – BD	456	460	10	7	27	27	493	494
PRODEMGE SALDADO – BD	505	519	275	262	57	73	837	854
PRODEMGE – CD	1.063	1.620	667	833	224	251	1.954	2.704
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1	3	-	-	-	8	1	11
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	168	202	103	111	32	36	303	349
IMA – BD	30	32	-	-	1	15	31	47
MGS – BD	1.868	1.922	11	8	91	67	1.970	1.997
MINASCAIXA – BD	-	-	-	1	32.787	70.868	32.787	70.869
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	(1.677)	(1.952)	(1.677)	(1.952)
TOTAL	12.882	12.790	4.344	4.254	33.410	71.036	50.636	88.079

No grupo contábil de “Benefícios a Pagar” estão registrados os valores relativos aos benefícios do mês de dezembro de 2018, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2019. Nessa conta, também estão registrados outros benefícios a pagar aos participantes que não foram efetivamente liquidados. O mesmo se aplica às retenções a recolher da folha de benefícios de dezembro de 2018, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo de “Outras Exigibilidades”, incluído nos exigíveis operacionais da Gestão Previdencial, estão registradas: contribuições a devolver das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados; contribuições assistenciais descontadas dos participantes e assistidos a transferir para os planos assistenciais administrados pela entidade; contribuições previdenciais a repassar para os planos previdenciais, taxa de administração e carregamento a repassar ao PGA.

Em dezembro de 2018, fundamentados pelo Ofício PREVIC 108/2018/ERMG, que discute a Execução do Plano de Custeio Extraordinário entre o período de abril/2013 e março/2015, foram realizadas provisões nos valores de R\$ 285.793,43 (Plano COHAB SALDADO – BD) e R\$ 149.535,96 (Plano COPASA FECHADO – BD). Tais valores remetem a pagamentos superiores à proporção contributiva de responsabilidade das Patrocinadoras, frente aos pagamentos de responsabilidade dos Participantes e Assistidos. A liquidação destes pagamentos deverá ocorrer durante o exercício de 2019.

Nesta conta também é registrada a Provisão no Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), no valor de R\$ 27.752 mil (Em 2017 era de R\$ 70.869 mil), em conformidade com o item 4.2.

5.5 Exigível contingencial (Planos de Benefícios e PGA).

Os saldos contábeis registrados no exigível contingencial da Fundação Libertas são constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, cuja previsão de insucesso nas demandas judiciais seja PROVÁVEL e que poderão se transformar em desembolsos futuros, ou quando da ocorrência de bloqueio ou depósito judicial.

A seguir é demonstrado os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, segregados por Gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos:

Em R\$ mil

PLANO	GESTÃO PREVIDENCIAL		GESTÃO ADMINISTRATIVA		INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	23.476	22.655	-	-	23.476	22.655
COMIG – BD	-	-	-	-	2.638	2.471	2.638	2.471
CDI – BD	-	-	-	-	2.371	2.222	2.371	2.222
CODEMIGPREV – CD	-	-	-	-	-	-	-	-
COHAB SALDADO – BD	-	1	-	-	2.918	2.759	2.918	2.760
COPASA FECHADO - BD	171	288	-	-	100.396	94.077	100.567	94.365
COPASA SALDADO - BD	138	108	-	-	262	708	400	816
COPASA – CD	1.039	549	-	-	328	879	1.367	1.428
PRODEMGE FECHADO - BD	452	309	-	-	19.644	18.409	20.096	18.718
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	27	74	27	74
PRODEMGE - CD	26	25	-	-	111	233	137	258
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	-	-	3.050	2.884	3.050	2.884
IMA – BD	-	-	-	-	868	813	868	813
MGS – BD	104	95	-	-	2.750	2.606	2.854	2.701
MINASCAIXA – BD	3.152	3.047	-	-	37.403	36.524	40.555	39.571
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.082	4.422	23.476	22.655	172.766	164.659	201.324	191.736

5.5.1 Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Planos Previdenciais)

5.5.1.1 Contingências Provisionadas

Refere-se a 73 ações judiciais, cujas discussões estão relacionadas diretamente às regras dos planos previdenciais. Questionam, em síntese: Pagamento de benefícios, pensões, pecúlios e resgates; Contribuições e custeio do plano; Regras de atualização dos benefícios.

Para estes processos, a possibilidade de perda é classificada pelos advogados como "provável". E o montante total provisionado em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$ 5.082 mil. (R\$ 4.422 mil em dezembro de 2017)

Consta depósitos judiciais para garantia de parte destes processos, no valor de R\$ 154 mil.

5.5.1.2 Ações judiciais não provisionáveis

Existem, ainda, 16 ações judiciais de natureza previdencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível ou Remota, que não são passíveis de contabilização. O montante total destas ações, em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 667 mil (R\$ 1.055 mil em dezembro de 2017), distribuído entre os Planos listados a seguir:

Em R\$ mil

PLANO	2018	2017
CODEMIGPREV - CD	49	-
COPASA FECHADO - BD	378	838
COPASA SALDADO - BD	36	33
COPASA – CD	192	175
PRODEMGE FECHADO - BD	4	2
PRODEMGE - CD	-	1
MGS – BD	4	-
MINASCAIXA – BD	5	6
TOTAL	667	1.055

5.5.2 Exigível Contingencial da Gestão Administrativa (PGA)

Os registros contábeis do Exigível Contingencial da Gestão Administrativa são compostos pelas seguintes contas:

Processos	Em R\$ mil	
	2018	2017
PIS	6.558	6.307
COFINS	15.241	14.705
INSS	1.345	1.294
Ações Trabalhistas	332	349
TOTAL	23.476	22.655

A Fundação Libertas também possui processos administrativos, vinculadas ao PGA, para os quais não existe provisão contábil, por serem classificadas pelos advogados que acompanham os processos como Possíveis e Remotas.

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, no âmbito de sua 282ª reunião, ocorrida em março de 2014, caso a Fundação Libertas não obtenha êxito nas ações que não possuem registros contábeis no âmbito do Plano de Gestão Administrativa ou seja necessário o seu provisionamento, os valores serão debitados diretamente ao PGA, de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros.

No caso de êxito nos processos com depósitos judiciais relacionados, ou provisões contábeis registradas, os valores serão creditados ao PGA de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros.

5.5.2.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do PIS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como "possível". Caso a Fundação não tivesse realizado o depósito judicial, o montante do suposto débito seria de R\$ 3.216 mil (R\$ 3.137 mil em dez/2017). O valor atualizado do depósito judicial, em dezembro de 2018 perfaz o montante de R\$ 3.935 mil. (Em dez/2017: R\$ 3.776 mil).

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- PIS - Período entre o exercício de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para

o fechamento de dezembro de 2018, era de R\$ 2.623 mil. (R\$ 2.530 mil em dez/2017). O valor histórico desta discussão monta R\$ 1.426 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do COFINS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é "possível", na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 15.665 mil (R\$ 15.280 em dez/2017). O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 3.823 mil. (R\$ 3.729 mil em dezembro de 2017).

- COFINS - Período entre o exercício de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2018, era de R\$ 15.241 mil. (R\$ 14.705 mil em dez/2017). Valor histórico dos depósitos de R\$ 8.710 mil).

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- PIS/COFINS - Período posterior à Janeiro de 2015

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS/COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores passaram a ser recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

5.5.2.2 INSS

A Fundação Libertas questiona judicialmente o Adicional da Previdência Social à alíquota de 2,5% (Lei 8.212/91, Artigo nº 22 § 1º) que lhe é cobrada pelo INSS, bem como a contribuição sobre o salário-educação (2,5%) sobre a folha de salários. Para esta discussão, consta o depósito judicial, no total de R\$ 1.345 mil.

5.5.2.3 Ações Trabalhistas

A Fundação Libertas possui ações trabalhistas provisionadas, com probabilidade de perda classificada como "provável", no valor de R\$ 332 mil em 31 de dezembro de 2018. (R\$ 349 mil em dezembro de 2017). Para as discussões trabalhistas cujo risco de perda foi considerado como Possível ou Remoto, o valor em discussão montava R\$ 1.578 mil (R\$ 803 mil em dezembro de 2017).

5.5.2.4 Autuações ISSQN – PBH

- ISS - Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhando para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas a ocorrência de fato gerador do ISS e, diante do ajuizamento da execução fiscal, a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

A Fundação Libertas irá contrapor os entendimentos da Prefeitura Municipal, tendo como fundamentação, o êxito obtido junto ao Conselho de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte, em relação as discussões quanto ao suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, junto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como "possível", motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Os valores em discussão, atualizados para dezembro de 2018, perfazem o montante de R\$ 30.253 mil (R\$ 28.246 mil em dez/2017).

	Em R\$ mil	
	2018	2017
AITI 12404 (Planos de Saúde)	21.641	20.206
AITI 12664- A (Administração de fundos de investimentos)	5.401	5.042
AITI 12665- A (Administração de fundos previdenciais)	3.211	2.998
TOTAL	30.253	28.246

5.5.3 Exigível Contingencial dos Investimentos

O Exigível Contingencial dos Investimentos possui os seguintes registros de provisões, em cada plano de benefícios administrado pela Fundação Libertas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

PLANO	Em R\$ mil							
	IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA (AUTO 10680720499/2005 2000 a 2004)		CONTINGENCIAL -IPC FUNDASEMG - PROCESSOS: 89.10134-0 e 89.10143-9		Outros		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
COMIG – BD	2.628	2.462	9	9	-	-	2.637	2.471
CDI – BD	2.365	2.216	6	6	-	-	2.371	2.222
COHAB SALDADO – BD	2.896	2.714	7	7	15	39	2.918	2.760
COPASA FECHADO - BD	100.134	93.821	259	249	3	8	100.396	94.078
COPASA SALDADO - BD	-	-	-	-	262	708	262	708
COPASA – CD	-	-	-	-	328	879	328	879
PRODEMGE FECHADO - BD	19.641	18.403	-	-	3	6	19.644	18.409
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	27	74	27	74
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	111	233	111	233
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.036	2.844	-	-	14	40	3.050	2.884
IMA – BD	868	813	-	-	-	-	868	813
MGS – BD	2.733	2.561	-	-	17	45	2.750	2.606
MINASCAIXA – BD	37.393	36.514	-	-	10	10	37.403	36.524
TOTAL	171.694	162.348	281	271	790	2.042	172.766	164.661

Existem, ainda, ações de natureza de investimentos, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como "Possível", que não são passíveis de contabilização, e totalizam R\$ 250 mil.

5.5.3.1 Imposto de Renda sobre aplicações financeiras

A Fundação ajuizou perante o Juízo Federal da Sexta Vara de Belo Horizonte ação declaratória e de repetição de indébito contra a União Federal, no sentido de que fosse declarada a inexistência de relação jurídico-tributária entre a Fundação e a União, que a obrigasse ao pagamento de imposto de renda incidente sobre dividendos, juros e demais rendimentos de capital recebidos ou auferidos pela Fundação Libertas. O pedido foi julgado procedente e foi confirmado em 14/10/1991.

Por intermédio da Medida Provisória Nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, editada pelo Governo Federal, foi concedida às EFPC a opção de pagamento dos valores do Imposto de Renda Retido na Fonte em litígio de exercícios sociais anteriores em valores históricos, sem juros, multa e correção. Para tal, a Fundação deveria desistir de todas as ações judiciais movidas contra a Secretaria da Receita Federal. Todavia, a Fundação decidiu, à época, continuar com as ações judiciais contra o fisco federal, não utilizando os benefícios concedidos pela referida Medida Provisória.

A Medida Provisória Nº 2.222/2001 trouxe inovações ao ordenamento jurídico, tendo criado o Regime Especial de Tributação - RET, modalidade de apuração de imposto de renda pela qual as EFPC puderam optar. Esse regime especial de tributação, em vigor nos anos de 2002 a 2004, substituiu as regras gerais de tributação pelo imposto de renda aplicáveis às EFPC.

Em 29 de dezembro de 2004, por meio da Lei nº 11.053, as EFPC ficaram dispensadas de retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios.

5.5.3.1.1 Imposto de Renda incidente sobre os exercícios de 2000 a 2004

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas recebeu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 24.844 mil de juros)

Em dezembro de 2018 o valor montava R\$ 305.828 mil, (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 191.700 mil de juros)

Embora a expectativa de perda para este processo tenha sido considerada como "possível", em 20 de dezembro de 2005, a Diretoria e a Assessoria Jurídica da Fundação definiram pelo provisionamento conforme determina a Medida Provisória nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, que criou o RET, utilizando o limitador de 12% sobre as contribuições das patrocinadoras. Vez que, caso a Entidade não tenha êxito na discussão, constava, no processo, pedido alternativo, cujo pagamento proposto se dará em valores inferiores aos questionados pela Receita Federal.

Adicionalmente a provisão parcial realizada pela Fundação Libertas, em dezembro de 2014 o administrador especial do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), solicitou que o referido Plano mantivesse provisão integral para fazer face as discussões.

Já no decorrer do exercício de 2015, foi observado que os ativos investidos, que fazem face a provisão referente ao Processo de Imposto de Renda, obtêm, regularmente, rentabilidade acima da atualização do Passivo Contingencial. Este efeito ocorre haja vista que os investimentos são rentabilizados, em média, pela variação composta da SELIC, enquanto o passivo contingencial é atualizado, somente pela parte referente aos juros, pela SELIC simples. Desta forma, como a variação dos ativos supera a variação do passivo, ocorre um descasamento em relação a contingência ora provisionada.

Diante deste efeito, e com base nos princípios que norteiam a contabilidade, sobretudo em relação a segurança e proteção dos Planos de Benefício, a partir do exercício de 2015, o passivo contingencial referente ao Imposto de Renda, passou a ser atualizado pelo mesmo percentual de rentabilidade obtido pelo investimento, observando, sempre, o maior valor entre eles.

Desta forma a provisão contábil, ficou assim composta.

Plano	Provisão Ano 2018 Em R\$ mil	%	Provisão Ano 2017 Em R\$ mil	%
COMIG - BD	2.628	1,72%	2.462	1,72%
CDI - BD	2.365	1,55%	2.216	1,55%
COHAB SALDADO - BD	2.896	1,89%	2.714	1,89%
COPASA FECHADO - BD	100.134	65,43%	93.821	65,43%
PRODEMGE FECHADO - BD	19.641	12,83%	18.403	12,83%
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	3.036	1,98%	2.844	1,98%
IMA - BD	868	0,57%	813	0,57%
MGS - BD	2.733	1,79%	2.561	1,79%
MINASCAIXA - BD	18.747	12,25%	17.565	12,25%
Sub Total	153.048	100,00%	143.399	100,00%
MINASCAIXA - BD	18.646		18.949	
TOTAL	171.694		162.348	

5.5.3.2 Processo IPC x FUNDASEMG

Refere-se a duas discussões judiciais de autoria do IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas, conforme detalhado a seguir, os quais inicialmente estavam sendo defendidas por escritório terceirizado, contratado pela então FUNDASEMG.

- **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL de nº 89.10134-0**

Ajuizada perante a 9ª Vara Federal de Brasília, cuja decisão já transitou em julgado, entrará na fase de liquidação por artigos, com a finalidade de se calcular o valor da condenação imposta aos réus no processo. A ação em questão foi proposta contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, ex-presidente do IPC e CREDIMUS – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Na aludida ação, o IPC busca o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados em decorrência de fraude envolvendo a operação de compra, seguida de permuta, de 174.416 Títulos da Dívida Agrária, de sua titularidade, por 43.018,500 obrigações da ELETROBRÁS. A então FUNDASEMG contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

A sentença proferida, em 26 de fevereiro de 1996, julgou a ação improcedente com referência a FUNDASEMG e procedente contra os demais réus, condenando-os quanto à perda, por parte do IPC. Posteriormente, em razão de recurso interposto pelo IPC, a sentença foi reformada por maioria de votos, para condenar, também, a Fundação Libertas de forma solidária.

Em dezembro de 2009, a UNIÃO, como sucessora do extinto IPC, conforme art. 1º, da Lei nº 9.506/97, requereu o cumprimento da sentença com relação a sua parte líquida, na quantia de R\$ 20 mil, correspondente às custas processuais. A Fundação foi intimada para efetuar o pagamento da aludida importância no mês de abril de 2012. Com referência à parte ilíquida da decisão, a sua apuração será efetuada por artigos.

- **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE Nº 89.10143-9,**

Ajuizada perante a 6ª Vara Federal de Brasília, proposta pelo IPC contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, A Rural Colonização S/A, HP – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A e CREDIMUS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O IPC busca, na citada ação, o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados envolvendo a compra de 850 debêntures, de emissão da A Rural Colonização S/A, pelo valor de CZ\$ 4.438.889.509 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e nove cruzados).

A então FUNDASEMG, contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

No curso do processo, o IPC firmou acordo com a co-ré A Rural Colonização S/A, que pagou ao autor a importância equivalente a U\$ 1.750.000,00 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil dólares americanos). O acordo foi devidamente homologado pelo MM. Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de Brasília, com a exclusão da A Rural Colonização S/A da lide.

Posteriormente, em face do acordo firmado entre o IPC e A Rural Colonização S/A, entendeu o MM. Juiz do feito de julgar a ação improcedente com referência à FUNDASEMG e aos demais co-réus. O IPC recorreu da decisão e logrou êxito em seu intento, entendendo a 3ª Turma do TRF da 1ª Região que foi provado nos autos que os réus, em ações conjuntas e sincronizadas, que deram prejuízo ao IPC, são obrigados, excluídos os valores pagos pela A Rural Colonização S/A e os que forem objeto da ação ordinária na 9ª Vara Federal, a indenizar o IPC, pelos prejuízos a ele causados, na transação com as debêntures, emitidas pela A Rural Colonização S/A, inclusive a FUNDASEMG por atos praticados por seu preposto. Em sua decisão, entendeu a 3ª Turma do TRF da 1ª Região de julgar a ação improcedente com referência apenas ao BANERJ.

5.5.3.2.1 Provisionamento inicial

De 1992, época em que a então FUNDASEMG se encontrava sob intervenção, até dezembro de 2009, havia nos registros contábeis da Entidade provisionamento para pagamento de possíveis condenações nos citados processos, no importe de R\$ 507 mil. Esse valor, ao que tudo indica, foi provisionado/contingenciado com base nos valores corrigidos das causas.

Em dezembro de 2009, em virtude dos processos nº 89.10134-0 e 89.10143-9, movidos pelo IPC contra a Fundação Libertas não estarem contemplados no Relatório de acompanhamento da Assessoria jurídica à época, os valores foram baixados dos registros contábeis.

No ano de 2012, com a intimação recebida pela Fundação Libertas para pagar o valor correspondente às custas do processo de nº 89.10134-0. Foi realizada a provisão contábil pelo somatório dos valores corrigidos das causas (R\$ 1.039 mil, no exercício de 2012), afetando diretamente os Planos de Benefícios sob administração à época da Fundasemg e que permaneceram ativos até o exercício de 2012.

Para a atribuição dos valores relativos à alocação das contingências relacionadas ao IPC aos Planos COPASA Fechado - BD, COHAB Saldado - BD, CDI - BD e COMIG - BD foi utilizado o ativo total em 31 de dezembro de 2012 para apuração do percentual atribuído a cada plano, conforme quadro apresentado a seguir.

Plano	Ativo Registrado no Balancete em 31/12/2012 (Em R\$ mil)	Percentual calculado a partir do Balancete de 31/12/2012
Copasa fechado - BD	120.861	92,318%
Copasa saldado - BD	757.213	
Copasa - CD	774.984	
CDI - BD	37.182	2,077%
COHAB Saldado - BD	43.815	2,447%
COMIG - BD	56.555	3,158%
TOTAL	1.790.609	100,00%

Na ocasião, os valores atribuíveis a cada plano de benefícios oriundos da FUNDASEMG apresentados no quadro anterior, foram registrados no Exigível Contingencial dos Investimentos, tendo como contrapartida as Provisões Matemáticas a Constituir na parcela atribuível somente aos patrocinadores dos referidos Planos. Em virtude do fato que originou o contingenciamento ser anterior a Emenda Constitucional nº 20, a entidade entende não ser obrigatória a aplicação da paridade entre patrocinadores e participantes, uma vez que o fato que deu origem ao referido contingenciado foi de responsabilidade somente das patrocinadoras da FUNDASEMG.

5.5.3.2.2 Desdobramentos dos processos

No ano de 2015 a Fundação Libertas foi intimada a pagar o montante de R\$ 4.508 mil, atualizado até maio de 2014, acrescido dos honorários totais de R\$ 316 mil. Os valores pagos, atualizados até junho de 2015, totalizaram R\$ 5.493 mil, referente ao processo relacionado às debêntures (nº 89.10143-9).

A diferença entre o valor efetivamente pago pela Fundação (R\$ 5.493 mil) e o valor até então provisionado para o processo (R\$ 1.081 mil) foi reconhecido o passivo contingencial, no ato do pagamento. No mesmo momento foi constituído um direito a receber nos Planos de Benefícios referente a responsabilidade das Patrocinadoras (montante total de R\$ 4.411 mil).

Em outubro de 2015, as patrocinadoras CODEMIG e COHAB, quitaram integralmente os valores atribuídos aos Planos CDI (R\$ 93 mil), COMIG (R\$ 141 mil) e COHAB (R\$ 114 mil).

Também em dezembro de 2015, parte do montante atribuído ao Plano COPASA FECHADO BD, já atualizado, foi compensado com os valores devidos pela Fundação Libertas à patrocinadora, no montante de R\$ 3.231 mil. Durante o exercício de 2018 a patrocinadora COPASA realizou a quitação do saldo remanescente, montante total de R\$ 1.315 mil, já contemplando as respectivas atualizações do período.

Consta como "provável" a expectativa de perda dos advogados quanto aos desdobramentos destes processos, de forma que os valores foram registrados conforme descrito a seguir:

- Para o processo que discute as Debêntures (89.10143-9) consta provisionado o valor montante de R\$ 21 mil a fim de fazer frente às custas finais e processuais.
- Para o processo referente aos Títulos da Dívida Agrária (nº 89.10134-0) consta provisionado o valor de R\$ 259 mil, a título de valor da causa, até que seja concluído a liquidação por artigos.

5.5.4 *Responsabilidade das patrocinadoras em Retirada de Patrocínio*

Planos COMIG e CDI: Com base no "Termo de Resilição de Convênio de Adesão e de Retirada de Patrocínio", de março de 2013, no que se refere ao Exigível Contingencial mantido nos Planos COMIG e CDI, com a respectiva cobertura patrimonial, será de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CODEMIG (responsabilidade assumida pela CODEMGE), que permanecerá responsável pelas obrigações e direitos imputados e imputáveis a tal Exigível Contingencial pertinente a cada Plano, mesmo depois de consumada a retirada de patrocínio, podendo, inclusive, resultar em objeto de Instrumento próprio a ser celebrado entre as Partes, se for o caso.

Plano IMA: Com base no "Termo de Retirada de Patrocínio", de maio de 2015, no que se refere ao Exigível Contingencial mantido no Plano IMA, com a respectiva cobertura patrimonial, será de responsabilidade exclusiva do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), que permanecerá responsável pelas obrigações imputados e imputáveis a tal Exigível Contingencial e outros que porventura sejam comprovadas pertinente ao referido Plano, mesmo depois de consumada a retirada de patrocínio, podendo, inclusive, resultar em objeto de Instrumento próprio a ser celebrado entre as Partes, se for o caso.

5.6 **Provisões Matemáticas (Planos de Benefícios Previdenciais)**

As Provisões Matemáticas representam o montante das obrigações previdenciais dos Planos, perante os participantes ativos e assistidos. São compostas pela Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e pela Provisão Matemática a Constituir, representadas abaixo, segregadas por plano de benefícios.

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as avaliações atuariais de Encerramento do Exercício de 2018, executadas sob a responsabilidade da empresa RODARTE NOGUEIRA – CONSULTORIA EM ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, registrada no CIBA sob o nº 070.

Em R\$ mil

PLANO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		BENEFÍCIOS A CONCEDER		(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
CODEMIGPREV – CD	22.129	24.258	16.265	11.335	-	-	38.394	35.593
COHAB SALDADO – BD	34.297	32.871	20.236	19.834	-	-	54.533	52.705
COHABPREV – CD	31	61	12.516	10.190	-	-	12.547	10.251
COPASA FECHADO - BD	44.373	45.376	20.416	16.173	(17)	(22)	64.772	61.527
COPASA SALDADO - BD	829.769	839.744	276.018	267.454	(21.284)	(21.583)	1.084.503	1.085.615
COPASA – CD	247.310	264.393	1.078.161	915.417	-	-	1.325.471	1.179.810
PRODEMGE FECHADO - BD	6.545	6.810	1.093	628	(1.333)	(1.201)	6.305	6.237
PRODEMGE SALDADO - BD	122.972	120.668	306	290	(13.650)	-	109.628	120.958
PRODEMGE - CD	132.481	132.501	285.080	260.001	-	-	417.561	392.502
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	23.976	20.898	26.395	26.426	-	-	50.371	47.324
MGS – BD	12.486	11.609	41.563	36.591	(1.621)	(1.377)	52.428	46.823
VOCÊPREV	-	-	32	-	-	-	32	-
TOTAL	1.476.371	1.499.189	1.778.081	1.564.339	(37.906)	(24.183)	3.216.546	3.039.345

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, para com seus assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

A Provisão matemática de Benefícios a Conceder refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, com os participantes que ainda não são elegíveis à percepção de benefícios e com aqueles que já são elegíveis, mas não os requereram.

As Provisões Matemáticas a Constituir, no âmbito dos Planos Administrados pela Fundação Libertas observam:

- Plano Copasa Fechado – BD: R\$ 17 mil (R\$ 22 mil em 2017) referente à Joias cobrada dos participantes, nos termos do regulamento do Plano;
- Plano Copasa Saldado – BD: R\$ 21.284 mil (21.583 mil em 2017) referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2016, cuja contribuição extraordinária teve início em janeiro de 2018, da seguinte forma: para participante ativos e futuros assistidos, aplicação do percentual de 1,1793% sobre o valor do Benefício Saldado. Para participantes já em gozo de benefícios (participantes assistidos), aplicação do percentual de 1,3005% sobre o valor do Benefício Saldado. E para patrocinadora, aplicação do percentual de 93,9144% incidente sobre o total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.
- Plano Prodemge Fechado – BD: R\$ 1.333 mil referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2014, cuja contribuição extraordinária teve início no exercício em novembro de 2014. Para 2019 o custeio será: aplicação do fator de 0,271 sobre o valor das contribuições normais de responsabilidade dos participantes; aplicação do percentual de 15,506% do valor da suplementação, no caso dos assistidos; para a patrocinadora, as contribuições extraordinárias para equacionamento de Déficit corresponderão a 83,69% do valor total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.
- Plano Prodemge Saldado – BD: R\$ 13.650 mil referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2017, cuja contribuição extraordinária terá início em janeiro de 2019, da seguinte forma: para participante ativos e futuros assistidos, aplicação do percentual de 7,9502% sobre o valor do Benefício Saldado. Para participantes já em gozo de benefícios (participantes assistidos), aplicação do percentual de 7,3714% sobre o valor do Benefício Saldado. E para patrocinadora, aplicação

do percentual de 95,6702% incidente sobre o total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.

- Plano MGS: R\$ 1.621 mil (R\$ 1.377 mil em 2017) referente à Joias cobrada dos participantes, nos termos do regulamento do Plano.

5.6.1 Principais Premissas Adotadas

Nos quadros a seguir são apresentadas as principais premissas adotadas nas Avaliações Atuariais de Encerramento do Exercício de 2018 e 2017.

Para o exercício de 2018, a comprovação da adequação das premissas às características da massa de participantes e assistidos se deu por meio de estudos técnicos elaborados pelo atuário habilitado e legalmente responsável pelos planos de benefícios, empresa RODARTE NOGUEIRA, observados os subsídios das patrocinadoras, conforme o caso.

Após avaliação da área técnica da Libertas, os estudos foram aprovados pela Diretoria Executiva, com as recomendações pertinentes, avaliados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o previsto na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, com alterações posteriores.

Ressalta-se que as taxas de juros constantes nas tabelas a seguir foram definidas com base nos estudos de convergência, conforme critérios dispostos na CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, com alterações posteriores, Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015, Portaria PREVIC 86, de 01 de fevereiro de 2019, Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018 e levou em consideração a Duração do Passivo do Plano de Benefícios.

5.6.1.1 Planos de Benefícios Definidos

As Provisões Matemáticas dos Planos constituídos na modalidade de Benefício Definido, são apuradas por meio de cálculo atuarial. Para mensuração do montante necessário a fim de garantir os Benefícios inicialmente contratados, são usadas premissas atuariais, sendo as principais:

Plano COHAB SALDADO - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	5,06%	5,19%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F

Plano COPASA FECHADO - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,70%	1,30%
Taxa de Juros a.a.	4,30%	4,45%
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSSb-2015 M&F	BR-EMSSb-2015 M&F

Plano COPASA SALDADO - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	5,11%	4,92%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada e 10%) M & F	AT-2000 (suavizada e 10%) M & F

PLANO PRODEMGE FECHADO - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,28%	1,28%
Taxa de Juros a.a.	4,71%	4,65%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F

PLANO PRODEMGE SALDADO - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	4,98%	4,97%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F

PLANO MGS - BD		
	(31/12/2018)	(31/12/2017)
Inflação projetada a.a.	3,96%	4,00%
Rotatividade (i)	7,68%	7,68%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,32%	0,32%
Taxa de Juros a.a.	4,32%	4,37%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i) Tabua: Experiência Libertas MGS 2016 – ELMGS 2016	

O método de financiamento adotado é o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos dos Planos constituídos na modalidade de Benefícios Definidos.

5.6.1.2 Planos de Contribuições Definidas

As Provisões Matemáticas dos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida, são ajustadas permanentemente ao Saldo de Contas Individual, e são calculadas com base no somatório das contribuições vertidas para o Plano, pelo retorno líquido dos investimentos e pelas demais movimentações patrimoniais, deduzidas dos respectivos benefícios pagos em cada Plano.

De acordo com o Regulamento de cada Plano, no caso de opção de renda por prazo indeterminado, são utilizadas as seguintes premissas para definição dos valores:

Plano CODEMIGPREV - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM 94 M & F	GIM 94 M & F

Plano COHABPREV - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F

PLANO COPASA - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015
Observações:	(i) Premissa aplicável para cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado.	

PLANO PRODEMGEPREV - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F
Observações:	(i)	Premissa aplicável para cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado

PLANO FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,50%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F

PLANO VOCÊPREV - CD		
	Exercício Atual (31/12/2018)	Exercício Anterior (31/12/2017)
Taxa de Juros a.a.	4,19%	-
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015	-

O método de financiamento adotado é o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para financiamento de todos os benefícios e Institutos dos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida.

5.6.2 Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos

Em conformidade com o disposto na Resolução CNPC 15, de 19 de novembro de 2014, Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos corresponde à média ponderada dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano constituído na modalidade de Benefício Definido, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

O Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos, em dezembro de 2018 e 2017, consta detalhada a seguir.

Plano	CNPB	Prazo Médio de Duração do Passivo 2018	Prazo Médio de Duração do Passivo 2017
COHAB - SALDADO	1982.0027-19	10,84	10,82
COPASA - FECHADO	1982.0028-83	14,47	13,57
COPASA - SALDADO	2010.0024-74	10,81	11,22
PRODEMGE - FECHADO	1994.0015-18	14,73	14,29
PRODEMGE - SALDADO	2014.0013-83	11,04	10,74
MGS	1992.0009-56	14,94	15,00

5.7 Equilíbrio Técnico (Planos de Benefícios Previdenciais)

Registra o superávit ou déficit em relação as Provisões Matemáticas de cada Plano constituído na modalidade de Benefício Definido. O superávit técnico acumulado em cada Plano, significa que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é suficiente para garantia dos compromissos com participantes e assistidos, na data, desde que cumprido o Plano de Custeio determinado, e que as premissas atuariais realizadas sejam aderentes às utilizadas no cálculo atuarial. Ao passo que o déficit técnico acumulado, representa uma situação em que o patrimônio previdenciário não é suficiente para cobertura dos compromissos previdenciais com participantes e assistidos.

Os Planos de Benefícios constituídos na modalidade de Contribuição Definida não constituem superávit ou déficit. As reservas dos participantes são formadas pelo valor total das contribuições previdenciais, além da movimentação no Ativo Líquido do respectivo plano.

O superávit/déficit de cada plano previdencial apurado no exercício social de 2018 e 2017 está apresentado no quadro a seguir:

Em R\$ mil

PLANO	SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ACUMULADO	
	2018	2017
COMIG – BD	109	104
CDI – BD	(14)	(45)
COHAB SALDADO – BD	3.103	2.732
COPASA FECHADO - BD	(2.649)	(2.754)
COPASA SALDADO - BD	(94.366)	(117.449)
PRODEMGE FECHADO - BD	(223)	(270)
PRODEMGE SALDADO - BD	(8.754)	(19.376)
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	32	19
IMA – BD	20	(7)
MGS – BD	13.075	11.706
TOTAL	(89.667)	(125.340)

Os Planos, objetos de retirada de patrocínio (COMIG – BD, CDI – BD, Fundação Libertas – BD e IMA – BD), demonstram resultados superavitários/deficitários, originários da movimentação patrimonial remanescente dos Planos, enquanto não ocorre a efetiva baixa e liquidação dos valores e saldos remanescentes.

Já o resultado de cada plano previdencial, apurado após avaliação atuarial de encerramento de exercício, são assim explicados:

- **Plano COHAB SALDADO – BD:** O Plano Cohab Saldado fechou o exercício de 2018 com um superávit de R\$ 3.103 mil (em 2017 o superávit acumulado era de R\$ 2.732 mil), representando um resultado positivo técnico no exercício de R\$ 371 mil.

As principais variações no resultado do Plano foram: Substituição da taxa real anual de juros de 5,19% a.a. para 5,06% a.a., que acarretou em um aumento nas Provisões Matemáticas de 1,31%; Postergação da aposentadoria por parte dos participantes elegíveis, que reduziu as Provisões Matemáticas em 2,02%; Rentabilidade dos investimentos do Plano, que no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 9,34%, superando o mínimo atuarial esperado (8,80%).

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas conjunturais, advindas, principalmente, do desempenho financeiro do Plano, que superou a meta atuarial.

- **Plano Copasa Fechado – BD:** O déficit do Plano reduziu de R\$ 2.754 mil em dezembro de 2017, para R\$ 2.649 mil em dezembro de 2018, representando um superávit técnico no exercício de R\$ 105 mil.

As principais variações no resultado do Plano foram: Redução da taxa de juros de 4,45% para 4,30% a.a., a alteração da taxa de crescimento salarial de 1,30% para 1,70% que acarretaram em aumentos nas Provisões Matemáticas de 2,00% e 1,15% respectivamente; Rentabilidade dos investimentos do Plano, que no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 7,14%, não superando o mínimo atuarial esperado (8,04%); Resultado positivo obtido pela liquidação dos débitos de responsabilidade da patrocinadora, conforme descrito no item 5.5.3.2.2

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas estruturais, advindas, principalmente, das alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano.

- **Plano Copasa Saldado – BD:** Em 2018 o déficit acumulado do Plano Copasa Saldado foi de R\$ 94.366 mil. No fechamento de dezembro de 2017 o déficit acumulado foi de R\$ 117.449 mil.

A redução de R\$ 23.083 mil refere-se: Postergação da aposentadoria por parte dos participantes elegíveis, que reduziu as Provisões Matemáticas em 0,71%; mudança na taxa de juros, que ocasionou

uma redução de 1,93% nas Provisões Matemáticas; Rentabilidade dos investimentos do Plano que no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 9,57%, superando o mínimo atuarial esperado (8,52%).

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, parcialmente, das alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano bem como de atualizações e ajustes na base cadastral. Entretanto, cumpre esclarecer que o entendimento da Fundação é de que o Déficit do Plano tem causas estruturais.

- **Plano Prodemge Fechado – BD:** O déficit do Plano reduziu de R\$ 270 mil em dezembro de 2017, para R\$ 223 mil, em dezembro de 2018, representando um superávit técnico no exercício de R\$ 47 mil.

O referido resultado foi influenciado, em especial, pelos ajustes e atualizações da base cadastral, que acarretaram em aumentos nas Provisões Matemáticas de 5,82%; a elevação da taxa de juros representando ganho de 0,83%; Rentabilidade dos investimentos do Plano, no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 7,31%, não superando o mínimo atuarial esperado (8,24%).

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas estruturais, advindas, principalmente, das alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano.

- **Plano Prodemge Saldado – BD:** O Plano Prodemge Saldado apresentou déficit acumulado em dezembro de 2018 no montante de R\$ 8.754 mil (R\$ 19.376 mil, em dezembro de 2017). Representando um superávit técnico no exercício de R\$ 10.622 mil.

Influenciou o resultado do Plano: O registro da Provisão Matemática a Constituir, no valor de R\$ 13.650 mil, com base em pagamento de contribuição extraordinária por parte dos Participantes, Assistidos e Patrocinador (Item 5.6); a substituição da taxa real anual de juros de 4,97% a.a. para 4,98% a.a.; A rentabilidade dos investimentos do Plano que no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 9,23%, superando o mínimo atuarial esperado (8,57%).

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas estruturais, devido as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da aplicação do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico ajustado, implementado em Dezembro de 2018 e início de pagamento em Janeiro de 2019, por participantes, assistidos e patrocinadores.

- **Plano MGS – BD:** O Superávit Técnico acumulado do Plano aumentou de R\$ 11.706 mil em dezembro de 2017 para R\$ 12.641 mil, em dezembro de 2018, representando um superávit de R\$ 935 mil,

O resultado foi influenciado, primordialmente, pela atualização cadastral e a redução na taxa de juros, que acarretaram em aumentos nas Provisões Matemáticas de 2,20% e 0,75%, respectivamente; A rentabilidade dos investimentos do Plano que no período de janeiro a dezembro de 2018, foi de 9,05%, superando o mínimo atuarial esperado (7,95%). Registra-se que após apuração do resultado de R\$ 15.641 mil ocorreu a reversão de R\$ 432 mil dos Fundos previdenciais relativo à recomposição da Reserva de Contingência (item 5.8.1), montando o Superávit final de R\$ 13.075 mil.

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas conjunturais e estruturais.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social apresenta, de forma consolidada, as movimentações no patrimônio social, inclusive quanto ao resultado dos planos.

5.7.1 Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, e com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, o resultado final, contabilizado em 31 de dezembro, dos planos

constituídos na modalidade de Benefício Definido, devem ser ajustados e destacados na Demonstração do Ativo Líquido.

O objetivo deste ajuste é apurar os limites de destinação e utilização de superávit e de equacionamento de déficit, sendo feito da seguinte forma:

- I. Identificar o valor contábil dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Indicado no item 5.3.4 (coluna "Valor atualizado pela taxa de compra").
- II. Calcular o valor atual destes títulos públicos, com base na taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial. Para o exercício de 2018, os valores foram obtidos juntamente com a PREVIC, por meio de sistema específico de cálculo, disponibilizado em sua página da internet.
- III. A diferença apurada entre os montantes acima, corresponde exatamente ao ajuste a ser realizado no superávit ou déficit contabilizado em 31 de dezembro.
- IV. Em seguida, o déficit ou o superávit ajustado é comparado com os limites para equacionamento de déficit, bem como, no caso de superávit, para formação da reserva de contingência, são apurados pelas fórmulas
 - a. **Limite de Déficit técnico acumulado:** $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.
 - b. **Limite para formação da reserva de contingência:** O menor valor entre $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ e 25% das Provisões Matemáticas.

Nos quadros a seguir constam as informações sobre o resultado contabilizado de cada plano de benefícios constituído na modalidade de Benefício Definido. Também consta as informações sobre o ajuste de precificação, sobre os limites para equacionamento de déficit, e para utilização do superávit.

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado Superávit / Déficit	Ajuste de precificação	Equilíbrio Técnico Ajustado à precificação
COHAB SALDADO	3.103	3.819	-
COPASA FECHADO	(2.649)	3.655	1.006
COPASA SALDADO	(94.366)	50.533	(43.833)
PRODEMGE FECHADO	(223)	489	266
PRODEMGE SALDADO	(8.754)	6.922	(1.832)
MGS	13.075	6.329	-

a) Limite de Déficit técnico acumulado:

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado (Déficit)	Equilíbrio Técnico Ajustado à precificação	Limite do Déficit técnico acumulado
COPASA FECHADO	(2.649)	1.006	(6.781)
COPASA SALDADO	(94.366)	(43.833)	(73.854)
PRODEMGE FECHADO	(223)	266	(676)
PRODEMGE SALDADO	(8.754)	(1.832)	(7.718)

b) Limite para formação da reserva de contingência (planos superavitários):

Conforme previsto na legislação vigente, para os planos superavitários, a apuração do ajuste de precificação positivo não deverá ser considerada para fins de eventual destinação de superávit.

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado (Superávit)	Limite para formação da reserva de contingência	Reserva Especial para Revisão do Plano
COHAB SALDADO	3.103	11.364	-
MGS	13.075	13.075	-

5.8 Fundos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os Fundos registrados no passivo dos planos, contemplam os Fundos Previdenciais, os Fundos Administrativos e os Fundos de Investimentos, sua composição em 31 de dezembro de 2018 é assim apresentada:

Em R\$ mil

PLANO	FUNDOS PREVIDENCIAIS		FUNDOS ADMINISTRATIVOS		FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PGA GERAL	-	-	25.131	21.316	-	-	25.131	21.316
CDI - BD	-	-	-	34	-	-	-	34
CODEMIGPREV - CD	210	133	251	202	15	12	476	347
COHAB SALDADO - BD	-	-	973	985	21	18	994	1.003
COHABPREV - CD	-	-	77	75	2	1	79	76
COPASA FECHADO - BD	-	-	394	334	21	18	415	352
COPASA SALDADO - BD	-	-	6.864	5.612	465	422	7.329	6.034
COPASA - CD	37.658	34.348	11.941	10.209	1.565	1.595	51.164	46.152
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	114	104	3	3	117	107
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	808	670	57	50	865	720
PRODEMGE - CD	5.174	4.240	3.187	2.681	295	256	8.656	7.177
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	-	-	255	191	136	116	391	307
IMA - BD	362	362	2	7	-	-	364	369
MGS - BD	3.836	4.848	265	211	293	267	4.394	5.326
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	(25.131)	(21.316)	-	-	(25.131)	(21.316)
TOTAL	47.240	43.931	25.131	21.315	2.873	2.758	75.244	68.004

5.8.1 Fundo Previdencial

Para constituição de fundos previdenciais e a manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável, empresa RODARTE NOGUEIRA, a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado, assim composto:

- **Fundos Previdenciais - MGS:**

Fundo para Revisão do Plano: Constituído de acordo com a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, com objetivo de revisão do Plano de benefícios da patrocinadora MGS que apresentou superávit acima de 25% das reservas matemáticas. É dividida em Contas de Destinação de Excedente, observando seu período de formação.

Nos termos da Resolução CGPC 26/2008 a destinação dos montantes registrados nesta conta será interrompida e terá seus valores revertidos para recompor a reserva de contingência (ver item 5.7.1). Em dezembro de 2018, o montante total deduzido do Fundo de Revisão do Plano foi de R\$ 434 mil, proporcionalmente a cada Conta de Destinação de Excedentes, listadas a seguir:

A) **Conta de Destinação de Excedente I (Exercício de 2009):** Destinado aos participantes e assistidos que participavam do plano em 30 de junho de 2009 e que permaneceram no plano na data de início

de utilização, qual seja, abril de 2015. Valor equivalente está sendo utilizado pela patrocinadora do Plano. As movimentações no Fundo para Revisão do Plano podem ser observadas na tabela a seguir:

Em R\$ mil

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo inicial (abril/2015)	3.857	3.857	7.714
Valor não contemplado	(972)	(972)	(1.944)
Quitação de débitos	(284)	-	(284)
Compensação de Contribuição – 2015	(137)	(137)	(274)
Pagamento na folha benefícios – 2015	(515)	(515)	(1.030)
Atualização financeira – 2015	175	196	371
Compensação de Contribuição – 2016	(170)	(170)	(340)
Pagamento na folha benefícios – 2016	(629)	(629)	(1.258)
Atualização financeira – 2016	265	310	575
Compensação de Contribuição – 2017	(131)	(131)	(262)
Pagamento na folha benefícios – 2017	(664)	(664)	(1.328)
Atualização financeira – 2017	131	168	299
Compensação de Contribuição – 2018	(103)	(103)	(206)
Pagamento na folha benefícios – 2018	(30)	(30)	(60)
Atualização financeira – 2018	85	123	208
Saldo - dezembro /2018	880	1.306	2.186
Dedução – Reserva de Contingência	(89)	(132)	(221)
Saldo final – dezembro/2018	791	1.174	1.965

B) Conta de Destinação de Excedente II (Exercício de 2012): Destinado aos participantes e assistidos que participavam do plano em fevereiro de 2012 e que permaneceram no plano na data de início de utilização, qual seja, março de 2017. Valor equivalente está sendo utilizado pela patrocinadora do Plano. As movimentações no Fundo para Revisão do Plano podem ser observadas na tabela abaixo

Em R\$ mil

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo inicial (mar/2017)	1.306	1.306	2.612
Valor não contemplado	(292)	(292)	(584)
Quitação de débitos	(107)	-	(107)
Compensação de Contribuição – 2017	(84)	(84)	(168)
Pagamento na folha benefícios – 2017	(255)	(255)	(510)
Atualização financeira – 2017	73	83	156
Compensação de Contribuição – 2018	(62)	(62)	(124)
Pagamento na folha benefícios – 2018	(311)	(311)	(622)
Atualização financeira – 2018	47	59	106
Saldo - dezembro /2018	314	444	758
Dedução – Reserva de Contingência	(31)	(45)	(76)
Saldo final – dezembro/2018	283	399	682

C) Conta de Destinação de Excedente III (Exercício de 2013): Deverá ser destinado aos participantes e assistidos que estavam no plano no exercício de 2013, e que permaneceram até a sua utilização. Cujo valor total é R\$ 1.240 mil (R\$ 1.124 mil em dezembro de 2017).

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo - dezembro /2018	620	620	1.240
Dedução – Reserva de Contingência	(63)	(63)	(126)
Saldo final – dezembro/2018	557	557	1.114

- D) **Conta de Destinação de Excedente III (Exercício de 2014):** Deverá ser destinado aos participantes e assistidos que estavam no plano no exercício de 2014, e que permaneceram até a sua utilização. Este fundo foi constituído no exercício de 2017 e montava, em dezembro de 2017 o valor de R\$ 84 mil. (R\$ 77 mil em dezembro de 2017)

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo - dezembro /2018	42	42	84
Dedução – Reserva de Contingência	(4)	(4)	(8)
Saldo final – dezembro/2018	38	38	76

• **Fundo Previdencial – IMA**

Fundo de devolução de contribuições vertidas pela patrocinadora: No exercício de 2013 foi constituído Fundo Previdencial com os valores aportados pela patrocinadora, passíveis de devolução, em atendimento ao ofício PREVIC 560/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2013 e no Parecer 24/2013 /CGTR/DITEC/PREVIC de 21 de dezembro de 2012. O montante das contribuições vertidas ao plano, pela patrocinadora IMA, foi segregado entre as contribuições destinadas ao custeio previdenciário, em normais e extraordinárias, e ao custeio administrativo. O valor registrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.486 mil, divididos entre Contribuições Previdenciais (R\$ 2.124 mil) e Administrativas (R\$ 362 mil).

De acordo com o processo de retirada de Patrocínio do Plano IMA, o Fundo de Contribuições Previdenciais foi devolvido à patrocinadora, valor total de R\$ 2.213 mil, em agosto de 2017.

Já o Fundo de Contribuições Administrativas, foi mantido do Plano para suportar as despesas administrativas até a conclusão do processo de retirada de patrocínio e encerramento do Plano, ocasião em que seu saldo será revertido ao plano. Em 2018, o saldo deste Fundo totalizou R\$ 362 mil, mesmo valor de 2017.

• **Fundo Previdencial – Plano COPASA CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 1,73% (um inteiro e setenta e três por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado. Conta de natureza coletiva, apurado conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, alcançando em dezembro de 2018 o valor de R\$ 37.658 mil (R\$34.348 mil em dez/2017)

• **Fundo Previdencial – Plano PRODEMGE CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 4,37% (quatro inteiros e trinta e sete por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado. Conta de natureza coletiva, apurado conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2018 era de R\$ 4.870 (R\$ 3.815 mil em 2017)

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora - CSR: Constituído pelo crédito do saldo remanescente da Conta Identificada da Patrocinadora, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em

dezembro de 2018 era de R\$ 153 mil (R\$ 421 mil em 2017). No mês de março de 2018, a patrocinadora utilizou o montante de R\$ 441 mil contidos neste fundo para quitação de compromissos junto ao Plano Prodemgeprev.

Fundo Conta Destinação de Excedentes – CDE: Conta de natureza coletiva, constituída por sobras de contas individuais, em caso de falecimento do Participante ou Assistido e inexistência dos seus respectivos Beneficiários, Beneficiários Designados ou Herdeiros Legais, além das receitas advindas de multas e atualizações por atraso de pagamento de Contribuições Normais e Extraordinárias, sendo que o saldo desta conta poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base na decisão do Conselho Deliberativo da Fundação, obedecidos critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, conforme o caso, considerando a metodologia e os critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2018 era de R\$ 150 mil (R\$ 4 mil em 2017)

- **Fundo Previdencial – Plano CODEMIGPREV**

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora: Constituído pelo crédito do saldo remanescente, da Conta Identificada da Patrocinadora, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2018 era de R\$ 210 mil (R\$ 133 mil em 2017)

5.8.2 Fundo Administrativo

O Fundo do Plano de Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é formado pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial e de Investimentos; Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa; deduzidas das Despesas Administrativas e Contingências Administrativas, referente aos Planos de Benefícios Previdenciais

A partir do exercício social de 2010, através de exigência legal apresentada na Resolução CGPC nº 28/2009 e na Instrução SPC nº 34/2009, mantida pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e pela Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, a Fundação Libertas passou a apresentar no ativo dos planos previdenciais administrados, a participação de cada plano no Fundo Administrativo. Sua composição consta no item 5.2 e é registrada em contrapartida ao mesmo valor no patrimônio social dos planos previdenciais.

Conforme disposto no item 3.7 o Conselho Deliberativo da Fundação Libertas autorizou a constituição do Fundo Administrativo para Fomento, nos termos do o item III do Artigo 24 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018, a partir de janeiro de 2019, no montante de R\$ 900.000,00.

6 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

6.1 Mutação do Patrimônio Social

A Mutação do Patrimônio Social é apurada pelo somatório das “Adições” deduzidos das “Destinações” correspondentes, e pode ser observada, de forma consolidada, na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e, de forma individual, por Plano de Benefícios, na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido. As explicações para as variações observadas na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social constam no item 6.2, abaixo.

6.2 Mutação do Ativo Líquido

A Mutação do Ativo Líquido demonstra a movimentação das contas de resultado no exercício, para cada Plano de Benefício Previdencial. É formada pelo somatório das "Adições" deduzidos das "Destinações" correspondentes.

- No grupo das "Contribuições", consta os recebimentos referentes às Contribuições Normais, Contribuições Extraordinária, entrada de Portabilidade, Rentabilidade dos Contratos de Dívida, entre outras. As movimentações referentes ao exercício de 2018 podem ser assim demonstradas:

Em RS mil

PLANO	Contribuições Patrocinadoras		Contribuições Participantes		Rendimento dos Contratos (Patrocinadora)		Outras adições		SUB-TOTAL		Custeio Administrativo Previdencial		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
CDI - BD	-	-	-	-	-	-	9	-	9	-	35	-	44	-
CODEMIGPREV - CD	2.453	1.977	2.458	1.977	-	-	15	420	4.926	4.374	-	-	4.926	4.374
COHAB SALDADO - BD	-	-	40	39	124	135	-	-	164	174	-	-	164	174
COHABPREV - CD	678	626	758	699	-	-	44	15	1.480	1.340	-	-	1.480	1.340
COPASA FECHADO - BD	325	306	408	391	1.449	1.532	1.362	345	3.544	2.574	-	-	3.544	2.574
COPASA SALDADO - BD	986	-	1.082	-	5.843	7.631	5	310	7.916	7.941	(1.145)	-	6.771	7.941
COPASA - CD	43.022	39.088	43.285	39.145	-	-	1.041	1.103	87.348	79.336	-	-	87.348	79.336
PRODEMGE FECHADO - BD	90	54	108	100	3	8	29	167	230	329	(2)	(3)	228	326
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	66	203	-	10	66	213	(22)	(65)	44	148
PRODEMGE - CD	6.973	6.614	7.007	6.631	3.204	2.674	1.169	702	18.353	16.621	(101)	(141)	18.252	16.480
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	-	-	-	-	-	-	9	-	9	-	-	-	9	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	1.057	1.001	1.060	1.006	155	162	287	13	2.559	2.182	(70)	(68)	2.489	2.114
IMA - BD	-	-	-	-	-	-	14	392	14	392	-	24	14	416
MGS - BD	1.437	1.415	1.712	1.662	-	-	140	102	3.289	3.179	-	-	3.289	3.179
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	-	-	2	14.145	2	14.145	-	-	2	14.145
VOCÊPREV	-	-	32	-	-	-	-	-	32	-	-	-	32	-
TOTAL	57.021	51.081	57.950	51.650	10.844	12.345	4.126	17.724	129.941	132.800	(1.305)	(253)	128.636	132.547

- Em "outras adições", consta o valor de R\$ 1.351 mil registrados em "Outras Adições" junto ao Plano Copasa Fechado, refere-se   liquidação por parte da Patrocinadora dos valores em aberto, referente ao Processo n  89.10143-9, conforme descrito no item 5.1.1.2 desta nota explicativa.

- No grupo do "Resultado Positivo (ou negativo) Líquido", Consta as Rentabilidades dos Investimentos, já deduzidas da Constituição das Contingências relacionadas aos Investimentos, da Formação de eventuais Fundos de Investimento e da Taxa de Administração incidente sobre os Recursos Garantidores do Plano. As movimentações referentes ao exercício de 2018 podem ser assim demonstradas:

PLANO	Rentabilidade dos Investimentos		Custeio Administrativo - Taxa de Administração		Reversão (Constituição) de Fundos de Investimentos		Reversão (Constituição) de Contingências de Investimento		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
COMIG - BD	172	246	-	-	-	-	(166)	(219)	6	27
CDI - BD	152	216	-	-	-	-	(149)	(201)	3	15
CODEMIGPREV - CD	3.255	3.958	(268)	(305)	(3)	14	-	-	2.984	3.667
COHAB SALDADO - BD	5.235	5.785	(7)	(5)	(3)	(2)	(178)	(255)	5.047	5.523
COHABPREV - CD	975	1.103	(84)	(83)	(1)	-	-	-	890	1.020
COPASA FECHADO - BD	9.894	12.915	(344)	(351)	(3)	(1)	(6.323)	(8.480)	3.224	4.083
COPASA SALDADO - BD	85.988	96.886	(5.704)	(7.961)	(43)	(37)	81	(151)	80.322	88.737
COPASA - CD	117.624	146.283	(9.535)	(10.187)	30	(283)	119	(219)	108.238	135.594
PRODEMGE FECHADO - BD	1.822	2.547	(49)	(53)	-	6	(1.238)	(1.765)	535	735
PRODEMGE SALDADO - BD	9.026	10.701	(733)	(750)	(7)	28	9	(16)	8.295	9.963
PRODEMGE - CD	33.618	44.284	(2.663)	(2.817)	(39)	133	2	(50)	30.918	41.550
FUNDAÇÃO LIBERTAS - BD	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	4.758	6.286	(289)	(340)	(20)	(18)	(187)	(281)	4.262	5.647
IMA - BD	80	888	(13)	(51)	-	19	(55)	(78)	12	778
MGS - BD	6.241	6.922	(503)	(566)	(25)	(23)	(168)	(255)	5.545	6.078
MINASCAIXA - BD	2.552	5.584	(269)	(331)	-	860	(878)	(1.431)	1.405	4.682
TOTAL	281.393	344.607	(20.461)	(23.800)	(114)	696	(9.131)	(13.401)	251.687	308.102

- No grupo dos "Benefícios", consta os pagamentos de Benefícios de Prestação Continuada, benefícios de prestação única, bem como as portabilidades e os resgates ocorridos no plano.

PLANO	Benefícios de Prestação Continuada		Benefícios de Prestação Única		Portabilidade e Resgates		Outras Deduções		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
CDI - BD	-	-	(14)	-	-	-	(4)	(62)	(18)	(62)
CODEMIGPREV - CD	(3.783)	(3.775)	(203)	(175)	(883)	(476)	(161)	(25)	(5.030)	(4.451)
COHAB SALDADO - BD	(2.726)	(2.636)	-	(32)	-	-	(286)	-	(3.012)	(2.668)
COHABPREV - CD	(33)	(30)	-	-	-	(4)	(41)	(28)	(74)	(62)
COPASA FECHADO - BD	(2.971)	(3.105)	(329)	(108)	-	-	(234)	(285)	(3.534)	(3.498)
COPASA SALDADO - BD	(63.661)	(62.707)	(1.424)	(1.119)	-	(35)	(7)	(2)	(65.092)	(63.863)
COPASA - CD	(43.545)	(40.008)	(917)	(4.064)	(1.352)	(5.046)	(309)	(414)	(46.123)	(49.532)
PRODEMGE FECHADO - BD	(468)	(475)	-	-	-	-	(12)	(35)	(480)	(510)
PRODEMGE SALDADO - BD	(9.046)	(8.880)	-	-	-	-	-	-	(9.046)	(8.880)
PRODEMGE - CD	(16.300)	(15.182)	(2.141)	(3.168)	(3.254)	(2.865)	(1.480)	(66)	(23.175)	(21.281)
FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD	(2.831)	(2.240)	(447)	(1.362)	(353)	(1.012)	(73)	(87)	(3.704)	(4.701)
IMA - BD	-	-	-	(7)	-	(15.732)	(1)	(2.280)	(1)	(18.019)
MGS - BD	(1.178)	(1.068)	-	-	-	-	(1.684)	(2.771)	(2.862)	(3.839)
MINASCAIXA - BD	-	-	-	-	-	-	(339)	(16.546)	(339)	(16.546)
TOTAL	(146.542)	(140.106)	(5.475)	(10.035)	(5.842)	(25.170)	(4.631)	(22.601)	(162.490)	(197.912)

7 PARTES RELACIONADAS

7.1 Caixa de Assistência da PREVIMINAS (Previminas Saúde)

Em 31 de maio de 2001 foi realizada cisão parcial do patrimônio da PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas), transferindo o valor de R\$ 717 mil relativo ao Plano de Assistência à Saúde de seus Funcionários para a Caixa de Assistência da Previminas (Previminas Saúde), operadora de planos de saúde constituída em 29 de junho de 2000, registrada sob o nº 104805 no Cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, com CNPJ e registro na ANS.

Até o mês de agosto de 2006, a Previminas (atualmente denominada Fundação Libertas) mantinha convênio operacional com a Previminas Saúde para fazer face ao atendimento assistencial de seus funcionários, diretores e das demais patrocinadoras optantes. Conforme contrato firmado entre as partes, mensalmente era cobrada uma taxa de administração pelos serviços prestados, calculada pelo número de vidas.

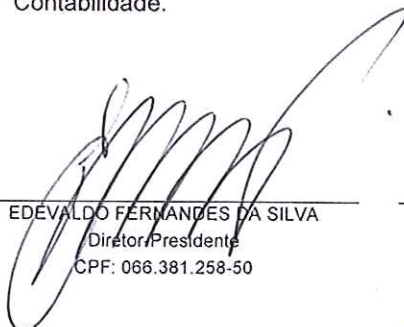
No mês de agosto de 2006, a Previminas (atualmente denominada Fundação Libertas) reincorporou os planos assistenciais das patrocinadoras MGS, Fundação Libertas e COMIG. No decorrer do exercício social de 2006, a Previminas Saúde alienou a totalidade de sua carteira.

A Previminas Saúde permanece com o CNPJ ativo, uma vez que possui ações judiciais em curso que impedem a baixa da entidade nos órgãos fazendários municipais e estaduais.


8 INFORMAÇÕES FINAIS

Estas notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL de 31 de dezembro de 2018.


Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC 27 de 06 de dezembro de 2017, a Diretoria Executiva da Fundação Libertas designou a Diretora Administrativa e Financeira Eugenia Bossi Fraga, como Diretora Responsável pela Contabilidade.



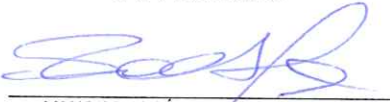
EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor Presidente
CPF: 066.381.258-50



EUGENIA BOSSI FRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87



CLÁUDIA FERREIRA W. M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-91



VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60
CRC/MG - 092.660/O-4